



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 25

14.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 26 de junho de 2020

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Manuela Pedroso (em substituição de Adriano Dias Pedro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, Anabela Milhinhos (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, Raúl Cordeiro (em substituição de João Manuel Ribeiro Realinho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Luís Belinho (em representação de Bruno José Marchão Calha, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva, ..

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e vinte minutos. Foi verificada a existência de quórum. Chamou para a mesa Anabela Milhinhos para ocupar o lugar do membro José Pinto Leite.

Intervenção do público

Não houve nenhuma intervenção do público, presente na sala.

Período antes da ordem do dia:

O presidente da mesa informou que estavam perante a apresentação de seis moções e, no sentido de organização dos trabalhos, propôs três minutos para cada uma e, à continuação, o debate sobre as mesmas, não podendo cada intervenção de cada partido exceder o tempo de dois minutos, e mais dois minutos, querendo o partido proponente encerrar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Proposta pela isenção/redução do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos - PS (Jaime Fitas)

“Considerando o impacto económico e social que a pandemia (COVID 19) tem no dia a dia dos portugueses, considera-se importante a adoção de algumas políticas sociais na freguesia de Urra, a saber:

- isenção/redução do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos às pequenas e médias empresas, sediadas na freguesia de Urra;
- isenção/redução do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos às coletividades da freguesia de Urra;
- isenção/redução do pagamento da fatura de água, saneamento e resíduos aos residentes na freguesia de Urra que tenham sofrido uma redução de rendimentos devido à pandemia.”

Jaime Fitas quis aproveitar o uso da palavra para propor, a exemplo da última moção que a sua freguesia tinha apresentado na sessão anterior, que aquela também fosse considerada para as restantes freguesias.-----

Hugo Capote lembrou que tinha sido proposta pela CDU, em reunião de Câmara, uma isenção da fatura da água, nos mesmos moldes daquela. Contudo, a mesma foi chumbada na altura. Obviamente que aquela era enquadrável com a da CDU e esperavam que a resposta desejada pudesse ser ali dada, sem mais demora, aos portalegrenses. -----

Moção / Orçamento – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal subscrevem a seguinte moção que pretendem apresentar à Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 26 de Junho de 2020, com o claro objetivo de, no caso de ser votada maioritariamente por esta Assembleia, a mesma ser enviada à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, para os devidos efeitos.

Atendendo a que a Sra. Presidente de Câmara, Adelaide Teixeira apresentou 7 alterações orçamentais à Câmara Municipal desde 1 de Abril de 2020 - em 3 meses; Atendendo a que só neste ano foram já apresentadas 2 revisões orçamentais à Assembleia Municipal, a última das quais com 40 alterações em outras tantas rubricas; Atendendo a que é dever da Sra. Presidente de Câmara que a sua gestão do concelho de Portalegre se reja por critérios de transparência, de previsibilidade e rigor, e que os mesmos não podem ser atingidos com a volatilidade demonstrada até agora;

A Assembleia Municipal de Portalegre vem por este meio exigir à Sra. Presidente de Câmara de Portalegre que apresente um orçamento e grandes opções do plano para o ano em curso - 2020 e que dê início ao planeamento e elaboração do orçamento de 2021, por forma a ser discutido por todos e apresentado em tempo útil.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira disse que aquilo que era o exercício da gestão de uma Câmara, naturalmente, deveria passar por uma estratégia orçamental estimada e prevista. Efetivamente, aquilo que ali tinham testemunhado, desde que o primeiro e único orçamento aprovado naquela Câmara, com os votos da CLIP, do CDU e do PSD, foi que a estratégia orçamental do município não se fazia pegando num orçamento base, apresentando depois sucessivas revisões e alterações orçamentais sem nexo, numa lógica de tentar corresponder àquilo que vai aparecendo.

A falta de estratégia era evidente, bem como a falta de projetos determinantes para o futuro de Portalegre.

Concluiu, dizendo que o PS se identificava com aquela moção, na medida em que não considerava que a gestão orçamental do executivo municipal tivesse sido correta. -----

Moção – Salvar o papel do Parque Natural da Serra de S. Mamede e defender os recursos naturais e paisagísticos do Alto Alentejo – PCP/PEV (Rosário Narciso)

“Desde 2012, ano de fusão da Autoridade Florestal Nacional (AFN) com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), que o PCP e o PEV vêm alertando para o risco ambiental criado pelo caminho de concentração de serviços e consequente perda de recursos técnicos e humanos que sucessivos governos do PS, PSD e CDS trilharam. A descaracterização dos organismos públicos com funções na conservação da natureza foi acompanhada de desinvestimento público no sector e a política seguida foi no sentido de desresponsabilizar o Estado de mais uma das suas funções.

A desresponsabilização do Estado, também na área do ambiente significa um incentivo à privatização de importantes áreas com vista à mercantilização da Natureza e dos recursos energéticos, naturais, culturais e paisagísticos nacionais.

O exemplo do chamado «Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional» inserido numa linha de desresponsabilizar o Estado das suas funções nestas áreas, mostrou a intenção de cortar nos meios materiais e humanos do ICNF para a gestão das áreas protegidas e a abertura de caminhos que permitam aos grandes grupos económicos a aquisição de parcelas visando os interesses estratégicos desses grupos à custa do sacrifício das áreas protegidas.

A história recente vem colocar-nos profundas preocupações quanto ao caminho que se seguirá ao protocolo para a gestão do PNSSM estabelecido entre os Municípios de Portalegre, Arronches, Marvão e Castelo de Vide e o ICNF. Sendo importante que as autarquias sejam ouvidas e envolvidas na preservação e valorização das áreas protegidas, nomeadamente dos Parques Naturais, só a salvaguarda do papel do Estado, através da Administração Central garantirá que a intervenção e a gestão destas áreas atenda por um lado aos valores e funções ambientais fundamentais que desempenham, nomeadamente no equilíbrio dos ecossistemas e na preservação da biodiversidade, que transcendem a escala local e regional e assumem muitas vezes funções à escala nacional e, mesmo, planetária e que, por outro lado, a gestão dos recursos naturais ali existentes atendam de forma equilibrada, harmoniosa e equitativa aos interesses do desenvolvimento local e nacional, garantindo meios humanos e financeiros e políticas neste âmbito. E bem necessárias são.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Apesar de, graças à intervenção do PCP e do PEV, se terem verificado melhorias nos últimos orçamentos, com a contratação de vigilantes da natureza e de técnicos superiores, viaturas e equipamentos para as áreas protegidas, a falta de investimento na área da conservação da Natureza é notória. Só uma política que atenda aos interesses do país em políticas de proteção do ambiente salvaguardará o papel do Estado na conservação da Natureza na gestão das áreas protegidas e garantirá um caminho visando:

- A defesa do meio ambiente;
- A valorização da presença humana no território, das atividades tradicionais e do turismo sustentável recusando o afunilamento do conceito do uso do território só neste fim;
- A defesa do ordenamento do território e a promoção de um efetivo desenvolvimento regional e da educação ambiental;
- O aproveitamento racional dos recursos, com criteriosas políticas de investimento público e de conservação da natureza;
- O combate ao despovoamento, à desertificação e às produções intensivas;
- O respeito pelo sistema autonómico e pela autonomia das autarquias locais.

A CDU entende que o caminho não é a municipalização e reafirma que: a cada Área Protegida de âmbito nacional devia corresponder uma unidade orgânica de direção intermédia da administração central, com a sua própria direção, dotada de meios humanos, técnicos e financeiros necessários. O conhecimento local terá sempre de fazer parte do conhecimento global.

Há plantas e animais locais que são de importância nacional e mesmo mundial que terão de ser dadas a conhecer pelos agentes locais para que se assuma o seu estudo e preservação com responsabilidades locais, nacionais e mundiais, se for caso disso. Face ao acima exposto, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 26 de junho de 2020:

- Mostra-se preocupada pelo caminho assumido na gestão do Parque Natural de São Mamede que irá acentuar uma progressiva desresponsabilização do Estado nesta gestão com consequências negativas previsíveis a nível:

- da canalização de meios financeiros e humanos para fazer face às necessidades de gestão desta área protegida;
- da necessidade de uma gestão integrada numa estratégia nacional e planetária, baseada no conhecimento e na ação de preservação dos ecossistemas e da biodiversidade;
- dos valores culturais e das condições de vivência das populações neste parque, que permita salvaguardá-los de pressões locais diversas, garantindo, através de mecanismos de equidade nacional, apoios ao desenvolvimento local.

- Defende que o necessário envolvimento das Autarquias na gestão destas áreas não pode passar pela desresponsabilização do Estado.”

Joaquim Barbas disse que a filosofia do seu partido, quanto à moção apresentada, era diferente, na medida em que entendiam que a gestão do Parque deveria ser partilhada com a administração central, mas também pela regional e local, bem como instituições públicas e ainda entidades privadas, com variados interesses no espaço em questão.

Acrescentou que o PSD confiava no poder local para assegurar os objetivos para os quais o parque foi criado: A promoção e valorização da área do parque e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conservação do seu património natural, cultural e social e ainda a importância do desenvolvimento local sustentável, nomeadamente do turismo da natureza e das atividades económicas, tradicionais e, ainda, ajudar a reverter o processo de desertificação.

Portanto, aquela moção, ao falar da recente Associação de Municípios do Parque de S. Mamede, punha em causa aqueles valores e o PSD não concordava com a mesma.

Luís Carvalho disse que nos últimos anos tinha havido, por parte do Estado, um certo alheamento em relação a esta área do território. Concentraram os serviços em Évora o que criou algum vazio e uma ausência de conhecimento do território do parque natural de S Mamede. Parecia-lhe que havia reconhecimento do papel que as autarquias deviam ter, pelo facto de conhecerem os ativos e os recursos que podiam ainda ser valorizados. Acrescentou que era lógico o equilíbrio entre a proteção dos ecossistemas e a proteção dos valores naturais, bem como a necessidade de contribuir para o desenvolvimento económico. Portanto, a necessidade de manter as populações no parque tinha de ser salvaguardada.

No entanto, ao contrário do que a moção apontava, a salvaguarda do papel do Estado estava bem vincada porque se havia instrumento que poderia influenciar a chamada privatização era o programa de ordenamento do PNSSM, em que estavam previstas várias necessidades, sem atropelos na preservação dos valores a serem protegidos. Em conclusão, salientou que a CLIP não acompanhava o teor da moção em causa. ----

João Meira disse que a moção era clara, no que tocava a um posicionamento ideológico de quem esteve contra a descentralização e preferia manter o poder de decisão totalmente localizado em Lisboa, em vez de permitir uma partilha de decisão, na base de uma gestão.

O seu grupo não se identificava com aquele modelo. O modelo deveria ser compartilhado. A própria ciência económica dizia que a eficiência e a eficácia aumentavam quando se tomavam decisões em proximidade e na base do que era a vontade do povo. A maior conquista do estado democrático era o poder local eleito. ----

Rosário Narciso disse que o que se pretendia era que se aprovasse, de modo a que o Estado não ficasse desresponsabilizado dos meios financeiros e humanos para fazer face à gestão do parque.

Salientou que os valores culturais e a vivência da população era tida em conta e a gestão integrada teria de ter as autarquias a trabalhar para o mesmo fim.

Portanto, disse não perceber as razões apontadas pelos grupos políticos que ali intervieram sobre aquela questão. -----

Moção – O preço da água tem de baixar – PCP/PEV – (Hugo Capote)

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre, vêm por este meio apresentar uma moção política à Assembleia Municipal, reunida no dia 26 de Junho de 2020, propondo que os preços que os portalegrenses pagam pela água que consomem sejam reduzidos. Relembramos que os preços atuais tornam a nossa água



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

uma das mais caras dos pais, agravadas pelas taxas cobradas pelo saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Mas se esta constatação já tornava imperioso que os preços fossem revistos, a CDU relembra que em 2019 os mesmos foram aumentados em quase 5% e 15% nas tarifas de RSU que lhes estão associadas, e que a empresa municipal que gere a água em baixa, os SMAT, apresentou mais de um milhão de euros de liquidez financeira que transitaram de 2018 para 2019, mantendo-se um nível de investimento demasiado baixo.

A esta Assembleia Municipal de Junho de 2020, vem uma moção da Junta de Freguesia da Urra que recomenda a isenção ou redução do pagamento da fatura da água para as empresas e fregueses da respetiva junta. Mas também é trazida uma revisão orçamental dos SMAT, para integrar o lucro de 1,5 milhão de euros do exercício de 2019.

Para a CDU não é aceitável que uma empresa que pratica os preços que os SMAT praticam num bem essencial ao ser humano e que tenha a liquidez financeira que os seus resultados orçamentais demonstram, mantenha a insensibilidade social de manter os preços atuais, em plena crise pandémica, com todas as consequências sociais que estão à vista de todos e que já foram denunciadas por várias instituições de solidariedade social no nosso concelho.

De que servem todas as palavras e intenções da Sra. Presidente de Câmara de apoios à população nesta crise, quando cobra aos portalegrenses um dos preços mais altos da água em Portugal, tem lucros de mais de 1 milhão de euros por ano e nem sequer faz os investimentos que resolveriam o problema da água em várias freguesias.

Assim sendo, a CDU vem corporizar nesta moção a exigência de que os preços praticados pelo fornecimento de água aos portalegrenses sofram uma redução nos próximos orçamentos, passando das palavras aos atos numa medida que traria um alívio tangível ao custo de vida dos nossos conceterrâneos e para a qual existe margem financeira mais do que sustentável.”

Diogo Serra disse que, antes de apresentar a próxima moção, gostaria de chamar a atenção para o facto de o PCP ter realizado, no final daquela tarde, um debate sobre a situação da saúde na cidade e no distrito, o qual teve como oradores o seu camarada Hugo Capote e o deputado João Dias. Realçou que a sessão foi realizada à porta do Convento de Santa Clara porque apesar de ter sido solicitado o espaço e ter sido autorizado, foram posteriormente confrontados com um funcionário da Câmara que os informou que afinal podiam realizar o debate mas sem as mobílias e a aparelhagem. Perante tal, optaram por fazê-lo à porta. -----

Moção – Subsídio de risco – PCP/PEV – (Diogo Serra)

“A Assembleia Municipal de Portalegre já manifestou e reafirma o seu apoio e agradecimento a todos os que, em resposta às necessidades resultantes da pandemia, estiveram e continuam na linha da frente, designadamente os profissionais de saúde, do ensino, forças de segurança, bombeiros e os trabalhadores das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

autarquias locais, entre os muitos outros que diariamente trabalham para que todos estejamos mais seguros.

A hora é de aos agradecimentos e aplausos juntarmos a nossa solidariedade para com as justas aspirações e reivindicações desses profissionais e em particular as que se prendem com a melhoria das suas condições de trabalho e as compensações devidas a quem desenvolvem a sua ação em condições de risco, penosidade ou insalubridade.

Assim, a Assembleia Municipal de Portalegre reunida no dia 26 de Junho de 2020, vem, solidarizar-se com todos os trabalhadores que nestas condições reclamam ser compensados com subsídio remuneratório há muito criado mas nunca regulamentado e exigir que o governo ultrapasse a omissão legislativa que existe desde o Decreto-Lei 184/89, ou seja com mais de 20 anos, e regule e permita a aplicação e o pagamento das compensações devidas aos trabalhadores em suplemento remuneratório, que exercem as suas funções em condições de risco, penosidade ou insalubridade.

Esta atribuição não constitui um privilégio, mas sim um direito dos trabalhadores e uma justa compensação pelo conteúdo e natureza das funções exercidas. Naturalmente que, sem prejuízo da reposição das compensações relativas a duração e horários de trabalho adequados, de acréscimo de dias de férias e de benefícios para efeitos de aposentação, conforme eram previstos pelo Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, garantindo condições mais favoráveis aos trabalhadores.”

Moção – Apoio à tauromaquia como setor importante para o desenvolvimento do Alto Alentejo – CLIP - (Ricardo Romão)

“A tauromaquia possui uma relevância socioeconómica no Alto Alentejo que ultrapassa (e se deve sobrepôr) à simples concordância com a “Festa Brava” como manifestação de interesse cultural. A defesa deste setor socioeconómico, como um entre outros, que contribui para o já de si débil tecido económico sub-regional, não pode ser menosprezada ou negligenciada.

O Alto Alentejo é das regiões nacionais onde a tradição taurina tem grande expressão, existindo espaços de grande dimensão, entre os quais a praça de touros José Elias Martins, em Portalegre, com mais de 5000 lugares sentados, uma das maiores lotações no país.

Em Portalegre, os espetáculos tauromáquicos existem associados a datas festivas, de que é exemplo a Feira das Cebolas, ou a espetáculos comemorativos e de beneficência.

Estes eventos atraem milhares de visitantes e turistas, contribuindo para estimular a economia local e desenvolver pequenos negócios associados, gerando centenas de postos de trabalho e criando riqueza.

Acresce o número de ganadarias da raça Brava de Lide, de coudelarias produtoras do cavalo de raça Puro Sangue Lusitano com aptidão para toureio, de artistas (cavaleiros, forcados, novilheiros, bandarilheiros, entre outros), de pessoal de serviço de curros, de emboladores, de transportadores de touros, de empresários tauromáquicos, que compõem este Setor e cuja existência, em parte, depende das manifestações e festejos associados à “Festa Brava”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No caso dos focados, o Grupo de Forcados Amadores de Portalegre, com mais de 50 anos de existência, agrega um número significativo de elementos, de que se destaca o ingresso anual de vários jovens, constituindo-se como uma entidade de forte implementação social, formação de Homens e Mulheres e responsáveis por outras atividades, nomeadamente a promoção de eventos solidários, convívios, enraizando e mantendo esta tradição tão portuguesa e representando tão dignamente a região noutros eventos nacionais e internacionais.

Além dos espetáculos tauromáquicos em Praça, deverão ser valorizadas as atividades taurinas tradicionais e regionais (garraíadas, largadas de vacas e touros, etc.) que estão normalmente inseridas nas festividades do Concelho de Portalegre e respetivas Freguesias e que são, elas próprias, geradoras de uma relevante atividade sociocultural e económica. Mais, associado direta ou indiretamente ao Setor, existem atividades agrícolas, pecuárias, de comércio e serviços com uma significativa expressão económica regional como sejam a promoção de produtos regionais, turismo, e muitos mais, potencializados por este setor.

Em 2020, pelas restrições impostas devido à pandemia COVID-19, as repercussões nesta atividade, como noutras, foram muito elevadas e manter-se-ão até que cheguemos à normalidade”. Agravado pelo facto de, neste Setor, a manutenção dos animais (bovinos, cavalos, entre outros) e dos respetivos tratadores, equitadores, etc., exponencia, ainda mais, os efeitos económicos diretos na própria atividade, além da responsabilidade ética no bem estar animal que é essencial garantir. Por outro lado, e como sabemos, dentro das atividade culturais, a tauromaquia tem visto ser adiado o regresso à sua atividade, fator que pode por em causa um tratamento discriminatório que não seria aceitável a todos os níveis.

Assim, a Assembleia Municipal de Portalegre reunida em sessão no dia 26.06.2020, solicita que os diversos Ministérios com responsabilidade direta ou indireta no desenvolvimento da atividade tauromáquica, não tomem iniciativas ou assumam posições que possam colocar em causa o desenvolvimento da atividade no Alto Alentejo. Pelo contrário, devem criar as condições para que toda a cadeia de valor associada possa ser apoiada e acarinhada contribuindo para aumentar a sua relevância no quadro socioeconómico sub-regional.”

Hugo Capote disse que aquela moção tinha um tom marialva e que era preciso centrarem-se em coisas mais importantes. Salientou que o movimento da CLIP, lançava ali uma moção em defesa da tauromaquia mas, no entanto, achavam normal que o Centro de Artes e Espetáculos (CAEP) estivesse fechado até setembro. Possivelmente, para a CLIP, cultura significava garraíadas e touradas e não teatros ou concertos.

O PCP, concordando com a importância sócio económica que a tauromaquia tinha no distrito, consideravam que tinha lugar, ali, uma noção que recomendasse à Câmara que abrisse o CAEP e as atividades culturais permitidas atualmente, como se estava a fazer noutras cidades do país. Por outro lado, aquela moção surgia numa altura em que as próprias associações de forcados, a nível nacional, tinham desconvocado uma manifestação, atendendo à fase menos positiva que o desconfinamento atingiu.

Por último, salientou que aquela moção propunha ao governo “não fazer”, ou melhor, que os diversos ministérios não tomassem iniciativas ou assumissem posições que colocassem em causa o desenvolvimento. Não estava explícita.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse que a moção tinha de ser lida. O que se propunha era claro. Por outro lado, não iria estar ali a comparar manifestações que não eram prioritárias e que podiam ser feitas de outra forma, com atividades que funcionavam, maioritariamente, em espaços abertos. Não se tratava de carolice, mas sim da necessidade de várias pessoas retomarem a atividade. A CLIP achava que as outras questões culturais, nomeadamente no CAEP, deviam merecer toda a atenção. Portanto, a suposição da CDU era abusiva e a argumentação não colhia. -----

O presidente da mesa disse que a Assembleia, enquanto órgão municipal, podiam recordar que, há uns anos, se elegeu a tauromaquia como património material e cultural do concelho de Portalegre. Uma vez que já se deliberou naquele sentido, sugeriu ao proponente da moção que se integrasse tal menção no texto.-----

Moção – Discricionariedade positiva para o Alto Alentejo – CLIP – (Luís Carvalho)

“O Alto Alentejo tem pela frente diversos desafios estratégicos, não só em função das debilidades e constrangimentos que o marcam (perda demográfica – menos 11.500 residentes, entre 2011-2018; envelhecimento populacional – 27,3% da população com 65 ou mais anos, em 2018; débil e pouco competitivo tecido empresarial – 1,1% do total de empresas do país e volume de negócios por empresa, cerca de 40% abaixo da média nacional, em 2016; subaproveitamento do potencial de recursos endógenos e dificuldade em gerar valor acrescentado), mas também em função de um quadro de oportunidades que deve ser potenciado.

Uma resposta adequada a estes desafios passa, em parte, pela capacidade de garantir a concretização de alguns investimentos públicos estruturantes (Empreendimento de Fins Múltiplos do Pisão, conclusão do IC13 e modernização do IP2 (privilegiando uma ligação qualificada entre a A23 e a A6), modernização e eletrificação da lista do Leste - incluindo a retificação do traçado e a criação de estação no centro urbano de Portalegre, execução de um programa integrado de proteção, promoção e valorização do Parque Natural da Serra de São Mamede, execução de um programa sub-regional de reabilitação de infraestruturas de abastecimento para aumento da eficiência hídrica, ampliação e modernização do hospital distrital e reforço das suas especialidades e do quadro de recursos humanos, ...). Mas passa sobretudo por garantir uma nova abordagem, mais integrada e robusta, para o Alto Alentejo, por parte do Poder Central e, inevitavelmente num quadro de exiguidade de recursos públicos nacionais, pela capacidade de aproveitar de forma eficaz os financiamentos comunitários.

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) definiu, e bem, o Alto Alentejo como um dos territórios-críticos de intervenção, face às vulnerabilidades, oportunidades e desafios-críticos que apresenta. O Estado português tem o dever de fazer escolhas (difíceis) e definir prioridades. Só através de uma efetiva discricionariedade positiva do Alto Alentejo, podem ser invertidas tendências e garantida a coesão nacional. O mapa dos territórios de baixa densidade beneficiários de medidas de diferenciação positiva no âmbito do Portugal 2020 (e que foi apropriado pelo Programa Nacional para a Coesão Territorial), resultante da Deliberação 55/2015,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da CIC PT2020, abrange 165 Municípios e 74 freguesias do território de Portugal Continental, cobrindo 59% dos Municípios, 21% da população do Continente e 75% da superfície continental. Esta extensão territorial, promovendo a dispersão dos montantes financeiros disponíveis, inviabiliza uma intervenção mais robusta, focada, integrada e multidimensional, em territórios que efetivamente carecem de maiores apoios e de discricionariedade para conseguir uma resposta adequada às suas vulnerabilidades e oportunidades, como é o caso do Alto Alentejo. Por outro lado, o principal fundamento da política territorial deve assentar no facto que os territórios possuem características diferenciadas, ou seja, que a promoção do desenvolvimento de cada um, exige por parte dos poderes públicos a tomada de medidas de políticas diferenciadas (não obstante algumas experiências interessantes, a padronização de estratégias, recursos e modelos de governação, continuam a marcar as políticas territoriais).

Hoje, mais do que nunca, é necessária uma visão integrada para o país, de combate às assimetrias regionais, de promoção da coesão territorial e social, capaz de gerar oportunidades e encontrar as melhores soluções para garantir atratividade e competitividade aos territórios desfavorecidos, como é o caso do Alto Alentejo. Três dimensões são estruturantes neste caminho:

- i. a diminuição das assimetrias regionais só será efetivamente possível se envolver investimento seletivo, qualificador e orientado para os recursos endógenos de cada território;
- ii. a coesão territorial na formulação de políticas públicas deve centrar-se, sobretudo, em sinalizar, robustecer e potenciar as características de cada território;
- iii. a ação pública tem de ser diferenciada, tratando de forma diferente territórios que são estruturalmente distintos.

No início deste ciclo, mais do que visitar abordagens e estratégias antigas e de lhe conferir continuidades “naturais”, o Alto Alentejo deve ter a oportunidade, a autonomia e a capacidade de desenhar uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa, inovadora, ajustada e adequada às suas características e necessidades, sem “amarras” padronizadas/centralizadas, atribuindo-lhe os recursos suficientes para a executar.

Logicamente que na preparação do período de programação 2021-2027 deverá ser promovido o processo de planeamento estratégico a esta escala (NUTS III), que atenda ao quadro de prioridades europeias e às condicionalidades regulamentares associadas à Política de Coesão, que considere o quadro de prioridades e metas das diferentes políticas sectoriais nacionais, que atente a um processo de planeamento intermunicipal de provisão de serviços sociais de interesse geral (educação, saúde,...) em estreita articulação com o planeamento do sistema de mobilidade sub-regional, mas deve ter sobretudo como abrangência estratégica e operacional, os domínios considerados chave para o desenvolvimento do nosso território, deve partir de uma visão e de uma ambição que a todos nos mobilize e nos gere um sentimento de pertença coletiva.

O debate centrado em dualidades geográficas de coesão, norte-sul / litoral-interior, deve ser evitado ou secundarizado, centrando-se antes na sinalização de diferentes interiores, cuja sustentabilidade demográfica e económica dependem de processos de convergência e de atratividade (competitividade), bem pensados, desenhados e operacionalizados. Para isso precisamos de ter as ferramentas para garantir à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

população que reside ou pretende viver no nosso território, mecanismos de equidade e qualidade no acesso às funções do Estado, mecanismos diferenciados e robustos que gerem capacidade de investir e empreender, de gerar emprego e riqueza. Atrair e fixar talento, recursos qualificados, garantindo qualidade de vida nos diferentes ciclos de vida, só será possível através de novas abordagens integradas, ações experimentais, de recursos financeiros significativos. O Estado não pode sobrepor-se às decisões individuais de residência dos cidadãos e de fixação das empresas, mas deve criar as condições de contexto para assegurar atratividade e qualidade de vida a quem decide investir, trabalhar ou residir no Alto Alentejo.

O Alto Alentejo tem também um enorme desafio nos próximos anos, face à atual estrutura demográfica: aprender a envelhecer primeiro e melhor que as restantes regiões nacionais e europeias. Contudo, pelas suas especificidades, é difícil escolher boas práticas para replicar, sendo necessário desenhar abordagens experimentais para inovar, com eficácia e eficiência.

Esta realidade, interfere com todo o sistema territorial e com as opções de mobilidade, de provimento dos serviços públicos e, conseqüentemente, nos desafios que se colocam ao nível da gestão/transição tecnológica para a prossecução destes objetivos. Por outro lado, afigura-se determinante estruturar o desenvolvimento urbano, com base nos apoios comunitários a disponibilizar no próximo ciclo, em função da necessidade de promover um verdadeiro processo de policentrismo à escala nacional, sub-regional e local, reforçando o papel da hierarquização da rede urbana a essas escalas e, conseqüentemente, contribuindo como fator de coesão territorial. Assim, o desenvolvimento urbano deve ser operacionalizado a 3 escalas, podendo a cada escala corresponder uma tipologia diferenciada de instrumento de apoio, com montantes financeiras correspondentes à sua função e importância. Portalegre, deve posicionar-se e ser enquadrado em todos eles, a saber:

- i. à escala nacional, permitindo potenciar o seu papel enquanto motor do desenvolvimento regional e de competitividade e de internacionalização do país;
- ii. à escala sub-regional, garantindo uma maior eficiência na provisão dos serviços de interesse geral à população do Alto Alentejo através de uma maior articulação da sua capitalidade (concentração de serviços) a uma correta estruturação e planeamento da mobilidade e acessibilidades sub-regionais;
- iii. à escala intra-urbana, concentrando esforços na regeneração urbana, social, económica e ambiental de espaços prioritários, em que o Município, juntamente com as comunidades locais, possa liderar e articular instrumentos territorializados.

Assim, deve diferenciar-se positivamente Portalegre, no espaço da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), assumindo-se como o Centro Urbano Regional deste território, fundamental para estruturar o sistema urbano nacional, e atribuindo-lhe instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, com um volume de financiamento mais significativo.

A proposta de Regulamento da CE para 2021-2027, aponta para cinco objetivos temáticos (OT) sendo privilegiados na alocação de recursos de financiamento, a inovação/digitalização/apoio ao tecido empresarial - 45% do financiamento; a descarbonização - 30%; e, o desenvolvimento urbano sustentável - 6%. Por outro lado, a abordagem do OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos, vem introduzir um horizonte novo e promissor, abrindo a possibilidade de Portugal desenhar novos instrumentos, com geometrias variadas e com capacidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mobilizar montantes e tipologias dos restantes OP. Esta maior capacidade de intervenção territorial (potencial, se bem aproveitada), deve gerar novas escalas e novos modelos de governança, novas oportunidades para autocentrar nos territórios-críticos verdadeiras opções de discricionariedade positiva e de resposta às suas especificidades.

Em função de velhos e novos desafios, para a promoção da coesão territorial e para o desenvolvimento do Alto Alentejo, necessitamos de construir a nossa Estratégia, a nossa abordagem de desenvolvimento regional e local, o nosso quadro de referência para os investimentos estruturantes que o território necessita e que nalguns casos permanecem adiados há décadas, “sem amarras” pré-estabelecidas, com inovação e ambição. Precisamos que o Estado reconheça, como consagrado no PNPO, que o Alto Alentejo é um território-crítico e que merece uma efetiva discricionariedade positiva (recuperando uma certa lógica, bem conseguida e com resultados positivos, dos anos 90, com a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano e a Ação de Valorização do Norte Alentejano, mas mais vocacionada para a convergência e para a atratividade/competitividade) atribuindo-lhe um instrumento específico, integrado, robusto financeiramente, cuja arquitetura corresponda à matriz de especificidades, necessidades e ambições do nosso território.

Com base na dimensão do OP5, deixem-nos ousar fazer diferente.

Assim, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão no dia 26.06.2020, exige que o Ministério da Coesão Territorial, o Ministério do Planeamento e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) permita à CIMAA construir o seu próprio instrumento (sucedâneo do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial), diferenciado, robusto financeiramente, orientado para o desenvolvimento do nosso território, com base nas nossas especificidades, necessidades, prioridades, opções e ambições, que possa ser liderar pela CIMAA, em parceria com as empresas, com a Administração Central, com o Instituto Politécnico, com as Entidades do Terceiro Setor, em estreita articulação com a CCDRA.

Exige, igualmente, que seja criado o enquadramento contextual/regulamentar para que se possa, de forma complementar à abordagem formal (Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIMAA e “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial”), desenhar abordagens/instrumentos experimentais e aplicáveis a territórios não formais (novas geografias intra - CIM), onde se identifiquem territórios piloto para resolver questões estruturantes e impactantes do desenvolvimento (pe. envelhecimento/provisão de serviços, neutralidade carbónica/energias renováveis) ou que estejam orientados, especificamente, para valorizar ativos e recursos endógenos (pe. Serra de São Mamede), com modelos de governação específicos. É ainda fundamental que, no âmbito deste(s) novo(s) instrumento(s), possam ser desenvolvidas múltiplas intervenções-piloto, em múltiplos domínios (pe, no domínio do agroalimentar, do turismo de natureza, da cooperação interregional e transfronteiriça, da I&D).

Finalmente, exige-se um maior reconhecimento da Cidade de Portalegre como Centro Urbano Regional, determinante para a estruturação do sistema urbano nacional, conferindo-lhe instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, que permitam atuar a diversas escalas e com objetivos diferenciados e multiescalares, dotados de volumes de financiamento muito significativos.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Carvalho, acrescentou ainda que o que estava ali em causa eram investimentos para os próximos dez anos e era o momento certo para se reivindicar aquilo que se queria, serem audazes e terem a ousadia necessária.

Posto aquilo, aquela moção tinha um primeiro destinatário que era a presidente da Câmara Municipal de Portalegre levar o documento à reunião do Conselho Intermunicipal e, de algum modo, vincular os restantes presidentes de Câmara e a estrutura que estava na gestão da CIMAA. Após aquele passo, a moção deveria seguir para as entidades atrás referidas para que, de algum modo, se conseguisse colocar alguma pressão junto dos mesmos e poder-se, posteriormente, definir o instrumento e criar-se o quadro de referência, para que todos aqueles investimentos adiados sejam concretizados, de uma vez por todas. -----

O presidente da mesa da mesa disse que quando as pessoas se comprometiam com um determinado desígnio e às vezes falhavam, tal facto deveria ser motivo de introspeção e de contrição até. -----

Henrique Santinho quis chamar a atenção aos membros ali presentes, bem como à comunicação social de que a Câmara Municipal de Portalegre andava, há cerca de um ano e meio, a tentar negociar um espaço na freguesia dos Fortios para uma sala de espetáculos, ao dispor das associações.

No passado dia vinte e nove de maio, a presidente da autarquia, dirigiu-se à freguesia dos Fortios, com a finalidade de negociar com o atual proprietário do espaço em causa. A presidente da Câmara Municipal de Portalegre, provavelmente, entendeu ser mais importante ter-se feito acompanhar de duas associações, as quais eram presididas pelos seus “boys”, do que ter comunicado ao presidente da junta de freguesia, eleito democraticamente pela população, de que iria lá, proceder ao negócio. Na sua opinião, foi uma falta de respeito e não gostou do tom.

Avisou a autarca de que não deveria repetir o procedimento, pois sujeitar-se-ia, a que, da próxima vez que se deslocasse àquela freguesia, tivesse uma receção duma comitiva, com cartazes menos próprios.-----

A presidente da Câmara Municipal de Portalegre solicitou que ficasse lavrado em ata o seu protesto, assim como a cópia daquela intervenção para o Ministério Público. Saliu que não recebia ameaças do presidente de junta e nem sequer foi fazer nenhum negócio aos Fortios. O presidente da junta teria de provar que a mesma foi com os seus “boys”. Esclareceu que o que tinha acontecido foram os técnicos da Câmara que se deslocaram ao local com os representantes das associações e fizeram o necessário levantamento para a respetiva avaliação. -----

Miguel Monteiro perguntou à presidente da Câmara Municipal se já tinha verificado o que estava a acontecer, nos últimos dias, no Alentejo. O Alentejo passava por uma situação que causava preocupação acrescida, relativamente à pandemia que se vivia e que, infelizmente, irá persistir por mais tempo.

Recordou que alguns autarcas do distrito de Portalegre voltaram atrás na intenção de abrir equipamentos de lazer público, como por exemplo as piscinas descobertas, as quais seriam dos poucos locais de lazer para este Verão. No entanto, a seu ver, houve consciência e, acima de tudo, estava uma questão de saúde pública, para todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perguntou à presidente acerca do aviso de abertura de contratação de quatro nadadores salvadores para as piscinas, que saiu no final de maio, se mantinha a intenção de abrir os equipamentos nas datas previstas. Realçou que, tendo em conta as atuais circunstâncias vividas, se a autarca lhe respondesse afirmativamente, o próprio, consideraria o ato de uma completa irresponsabilidade. No seu ponto de vista havia, atualmente, outras prioridades.-----

A presidente da Câmara, relativamente à última intervenção, disse ser algo que a preocupava de sobremaneira. A intenção era abrir as piscinas, mas todos os dias eram confrontados com determinado tipo de situações e informações. A abertura das mesmas teria de ter o aval da autoridade de saúde, evidentemente. Referiu que na última reunião da CIMAA, a intenção de Portalegre era de abrir as piscinas, tal como Elvas, mas que a toda a altura podiam recuar, caso houvesse alguma informação que poria em perigo aquilo que era a saúde pública. Eram decisões complexas, numa situação extraordinária, em que não havia certezas.

Concluiu, dizendo que os dados oficiais para Portalegre eram de apenas duas pessoas com Covid 19 e uma delas nem era do concelho. Contudo, admitiu que não teria problema em recuar, perante dados concretos que indicassem o encerramento dos espaços. A decisão tem de ser bem monitorizada. -----

Hugo Capote disse ter sido recentemente divulgado, com publicidade nos órgãos de comunicação social, um empreendimento imobiliário para a zona do antigo cine parque, nas traseiras do edifício camarário.

Perguntou como é que a Câmara iria resolver o problema de ter de recolocar uma associação, uma empresa privada (Coopor) a quem pagava a renda de um imóvel, tendo de arranjar um novo espaço. Como é que a autarquia iria conciliar o investimento em causa.

Por último, questionou sobre quem era a autoridade de saúde local com quem a presidente da Câmara articulava as questões. -----

A presidente da Câmara Municipal de Portalegre disse que articulava com a delegada de saúde, a Dr.ª Margarida Silva. -----

Hugo Capote salientou o facto da presidente da Câmara ter tido necessidade de perguntar aos seus técnicos o nome da delegada de saúde regional, com quem disse articular há quatro meses. -----

A presidente da Câmara Municipal esclareceu ao membro que não perguntou o nome da delegada mas sim com que equipa é que o seu chefe de divisão tinha articulado.

Em relação ao investimento para o cine parque disse que o assunto já tinha sido levado a reunião de Câmara, mas ainda iria novamente. A autarquia tinha um espaço para realojar a Coopor e iria elaborar uma proposta ao proprietário do mesmo. -----

ORDEM DO DIA:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A presidente da Câmara referiu que aquele relatório era parco porque tinha a ver com o período da pandemia. Estava aberta às questões que lhe quisessem colocar. Destacou as cerimónias, quer do “25 de Abril”, quer do “Dia da Cidade”, que tinham sido assinalados de forma muito diferente, devido ao contexto. Realçou ainda o dia vinte e dois de maio, dia da reunião de trabalho com o ministro do ambiente, relativa à questão da co gestão, a qual iria ser assinada no dia três de julho, juntamente com os municípios de Marvão, Castelo de Vide e Arronches. -----

João Meira disse que haver informações no relatório sobre as quais os portalegrenses mereciam ter uma reposta. Perguntou à presidente da Câmara acerca da distribuição das máscaras comunitárias que a mesma tinha afirmado distribuir gratuitamente a toda a população. Contudo, o PS teve conhecimento que tinha sido aprovada uma alteração orçamental, no valor de seis mil euros, para a produção das referidas máscaras. Mas, no final de maio, a presidente anunciou que iriam ser somente para usufruída dos serviços públicos e para os escalões mais expostos, socialmente. Pelos vistos, as máscaras só tinham chegado a alguns presidentes de juntas de freguesia. Perante tal, questionou a autarca sobre o que tinha sido feito aos seis mil euros e se não considerava que houvesse algum juízo ético que a mesma deveria fazer, devido ao facto de ter pedido ao grupo de voluntários que se prontificou para dar resposta às necessidades da ULSNA e ter desafetado os mesmos para produção de máscara comunitárias, em seu nome próprio. Perguntou, inclusive, quanto tinha sido gasto na aquisição dos acrílicos e onde estavam aplicados.

Relativamente à obra de alargamento do cemitério da Urra, perguntou autarca qual era o parecer que a Junta de Freguesia tinha de prestar, para que a obra pudesse arrancar, dado que a junta não tinha qualquer conhecimento.-----

Por último, salientou que, somente a um ano das eleições, o que se via da parte da presidente e do seu executivo, a irem, à última da hora, tentarem fazer obra, para terem um interesse eleitoralista de vencer as eleições. A presidente da Câmara Municipal de Portalegre contradizia-se a ela mesma e àquilo que tanto criticou nos outros partidos. Aquele relatório da atividade municipal era ainda mais escandaloso, na parte referente aos apoios às entidades externas (cerca de trinta e seis mil euros), porque aqueles valores eram apenas a conversão das taxas isentadas pela Câmara, no chamado apoio ao associativismo. Pediam-se explicações daquela matéria. -----

A presidente da Câmara, relativamente à questão do cemitério, disse não ser competência da Câmara mas sim da freguesia. O presidente da junta teria de decidir se queria ampliar o mesmo para covas normais ou para gavetões. Tinha a ver com a legislação e os respetivos valores. O presidente da junta já tinha reunido e dado a resposta e, de seguida, o assunto foi enviado para os serviços.

Quanto à pergunta sobre o juízo ético, disse que não lhe pesava, na medida em que a própria não foi pedir às pessoas, ela voluntariaram-se. Os seis mil euros foram gastos nos tecidos e componentes que foram comprados ao comércio tradicional de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre. A distribuição das máscaras foi hierarquizada, começando pelas pessoas com mais necessidades económicas.

Quanto à ULSNA, pelo que lhe foi reportado, tinham adquirido equipamentos de proteção individual eficientes, com o apoio de todos os autarcas do distrito.

Acrescentou que ali não havia questões de competência mas sim de proteção da população e de contributo geral. As máscaras estavam a ser feitas e continuariam a ser entregues. O protocolo relativo aos testes ao Covid também seria naquelas mesmas condições.

Relativamente às associações, referiu que o que tinha ficado decidido em reunião foi que as mesmas iriam receber um documento, em que apontariam as necessidades mais prementes. Perante tal, a autarquia iria analisar e dar uma resposta concreta.-----

Hugo Capote disse que aquele relatório correspondia a um fim de ciclo. Numa das páginas do mesmo, havia indicação duma visita do secretário de estado adjunto da defesa nacional, Jorge Sanches. Sobre a mesma, perguntou à presidente o que é que tinha a ver com a atividade da Câmara Municipal, diretamente. Questionou se a Câmara é que o tinha convidado a visitar a ULSNA. Na sua opinião, a Câmara não teve nada a ver com aquela deslocação e apenas foi convidada, como outras entidades o foram.

Apontou que, na parte onde o relatório mencionava a entrega de sessenta computadores portáteis ao agrupamento de escolas do Bonfim e José Régio e ainda à Escola Secundária de S. Lourenço, foi dito que iriam colmatar todas as necessidades manifestadas pelas mesmas. Contudo, na ata da sessão de 30 de abril, a presidente da Câmara disse que o levantamento feito junto dos agrupamentos eram de cerca de cem computadores. Perguntou à presidente se os restantes quarenta já não serviram.

Ainda questionou o funcionamento dos apoios para a isenção de juros de mora, no pagamento da água aos munícipes, a isenção do pagamento da renda a todos os estabelecimentos comerciais, assim como as faturas da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos a todas as empresas, até ao dia em que existisse possibilidade legal de abrirem. Qual a operacionalidade adotada para tal.

Solicitou também que a autarca ali dissesse se era ou não verdade que o município de Portalegre tinha sido o único que, na reunião da CIMAA, não levou a deliberação de Câmara, assumindo o encargo referente ao estudo de viabilidade da barragem do Pisão.

Por último, dirigiu a palavra ao presidente da mesa e, relativamente às comemorações do “Dia da Cidade”, perguntou o porquê de nenhum dos membros daquela Assembleia Municipal, além do presidente, ter sido convidado para a cerimónia oficial do hastear da bandeira. Esperavam que tal atitude não se repetisse.-----

A presidente da Câmara esclareceu que a Câmara tinha adquirido cem computadores. No entanto, a Associação de Pais ofereceu alguns computadores e a união de freguesias da cidade também ofereceram tablets e computadores. Além de que algumas escolas ainda terem encontrado computadores cedidos pelo Ministério da Educação, os quais depois de formatados, ficaram funcionais. No final de contas, os mesmos chegaram e sobraram. Contudo, quando a escola recomeçar, acreditam que irão ser usados. Acrescentou que a gestão dos mesmos ficava a cargo da escola.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação à questão das isenções, referiu que não eram somente os juros de mora mas também de rendas de casas de habitação social, de lojas, etc. e que se destinavam aos que tinham perdido rendimentos. O requerimento para poder usufruir baseava-se num requerimento feito pelas pessoas, o qual era analisado pelos serviços camarários e, posteriormente, atribuído.

Quanto à barragem do Pisão, disse que a deliberação foi a ratificar À reunião de Câmara, mas tal facto não tinha inviabilizado a decisão, no dia necessário.-----

Hugo Capote perguntou se ainda eram os comerciantes que teriam de solicitar aos serviços a isenção do pagamento das taxas da água, durante os meses que ficaram encerrados. Salientou que as casas comerciais tinham estado três meses encerradas e as pessoas precisavam, mais do que nunca, de toda a ajuda financeira possível. -----

A presidente da Câmara referiu que os comerciantes não davam dinheiro à autarquia nem vice versa. Estavam sim isentos, bem como os das habitações sociais. Quem tinha de efetuar o pedido à autarquia eram as empresas, visto que não se sabia se fecharam ou as quais estiveram em lay off. -----

Hugo Capote disse que a presidente estava a faltar à verdade. A CDU tinha testemunhos de vários comerciantes, que receberam as faturas da água exatamente iguais, durante os meses em que estiveram encerrados. Portanto, não estiveram isentos de nada e todos pagaram. Realçou o facto de a presidente da Câmara Municipal de Portalegre ter feito publicidade nos órgãos de comunicação do próprio município e no relatório de atividades acerca da isenção em causa, mas era falso. Concluiu, referindo que o apoio da autarquia era irrelevante.-----

O presidente da mesa esclareceu que no início daquele mandato, na conferência de representantes, tinha havido uma questão sobre a qual todos tinham concordado: o 25 de Abril seria uma sessão solene organizada pelo órgão Assembleia Municipal e o 23 de Maio uma comemoração organizada pela câmara Municipal.

Disse ter, efetivamente, participado no hastear da bandeira e ter gravado um vídeo para a página do município, por ter sido solicitado para tal e como aconteceu em anos anteriores. Portanto, estranhava que lhe tivesse sido dirigida uma crítica que, com todo o respeito ao membro Hugo Capote, não lhe poderia responder.

Entendia ter participado, da forma que participou, em virtude dos condicionamentos que todos conheciam e nos precisos termos em que representava todos os eleitos para aquele órgão.-----

Rosário Narciso, relativamente ao relatório municipal, colocou algumas questões à presidente da Câmara:

No ponto sete, em que referiu devolver o Espaço Robinson aos portalegrenses, questionou se se referia à abertura do espaço da Igreja de São Francisco e ao Museu que fechou por falta do pagamento da luz, ou se se referia à abertura dos sete hectares, reabilitados, musealizados como merecem e que têm sido sonogados ao uso dos portalegrenses. Ainda no que à Robinson se refere, agora que foi declarada a insolvência da Sociedade Corticeira Robinson e a consequente apreensão dos seus bens móveis e imóveis, por sentença do tribunal, proferida em dezassete de abril, num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

período em que para além de estarem em fase de confinamento devido à pandemia que grassa entre os portalegrenses estavam também privados de saber o que se passava dentro daquele espaço, não fosse o pedido de classificação assinado por um conjunto de cidadãos, que responderam ao apelo do partido ecologista “Os Verdes” e corria-se agora o risco de ver grande parte das setecentas máquinas, algumas únicas no mundo, a serem vendidas para a sucata. Mais uma vez, a autarquia nada disse, mostrando o seu total desinteresse por este património dos portalegrenses, do qual apenas quer ver-se livre a qualquer custo.

Também pretendeu saber se, como presidente da câmara e elemento do conselho de curadores, já tinha tomado alguma providência para devolver verdadeiramente o espaço, já musealizado aos portalegrenses e se já contactou ou foi contactada pela secretaria de estado sobre o assunto.

Na parte do relatório em que se referia a reafirmar a capitalidade de Portalegre como a Capital do desporto aventura, gostaria que informasse da regularidade com que eram marcados e limpos os percursos pedestres do concelho de Portalegre.

Percebia-se do relatório que estava em elaboração pela CIMAA um projeto para proceder àqueles trabalhos, mas a pergunta ia no sentido de saber se até lá alguma marcação e limpeza seria feita ou se os percursos pedestres ficarão entregues à mercê de quem os quiser limpar, para os poder utilizar.

Referiu ainda que nas obras escolares nada constava sobre a retirada do amianto da Escola José Régio. Tendo conhecimento de que o governo assumiu um compromisso com o PEV de o retirar aproveitando o atual encerramento das escolas decorrente da pandemia e que já foi publicada a listagem equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto, quis saber que diligências foram já tomadas pelo município, tendo em conta que os custos financeiros da intervenção para remover o amianto no estabelecimento de ensino seriam totalmente suportados pelo “Programa Operacional Alentejo 2020”. Urgia dar passos céleres para que a obra se concretizasse com a maior brevidade possível, evitando que o dinheiro se esgotasse antes de chegar às obras da escola José Régio e que as obras iniciem depois da escola reabrir, prevenindo assim graves problemas para a saúde da comunidade escolar que ali labora todos os dias.

Ainda no que se referia à escola José Régio, disse ser importante voltar à situação das barreiras que se encontravam em derrocada no percurso entre a escola e o Bairro das Carvalhinhas, pois a situação continuava idêntica à apresentada na última reunião de Assembleia Municipal, o perigo mantinha-se, o passeio continuava cortado, forçando os peões a circular, perigosamente, na estrada.

Por último, no ponto cinco do relatório, onde se referia a promover um concelho inclusivo com melhor ambiente e espaço público, questionou a presidente se pretendia fazê-lo, continuando a usar glifosato, um herbicida que apresentava graves riscos para a saúde pública e para o meio ambiente, ou se estava a pensar em começar a investir na monda térmica à semelhança do que já faziam muitos outros municípios amigos do ambiente e deixando que o lixo vá sendo arrastado pelo vento e pela chuva até às saídas da cidade, onde não é recolhido há anos e onde se juntam agora as máscaras e luvas que podem até servir de contágio para a população de Portalegre.-----

A presidente da Câmara, relativamente à insolvência, disse conhecer apenas a que foi decretada em dois mil e nove. Nem o administrador de insolvências sabia sequer da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mesma. Já na reunião de executivo, pediu que lhe mostrassem onde é que estava escrito, oficialmente, a abertura de insolvência em causa.

Quanto à questão da secretaria de Estado, disse não ter tido nenhum pedido mas sim uma conversa com a diretora regional de Cultura, a qual lhe disse que iam fazer um trabalho, mas não pediu informação nenhuma, até porque tinham toda a listagem de todos os móveis que pertenciam à Fundação Robinson.

Relativamente ao ambiente, disse ter sido contactada pelo secretário de Estado, no sentido de que a Escola José Régio era uma das que iria ser contemplada para a retirada do amianto. Não foi por falta de pressão da autarquia. Nas que eram competência do município, o amianto já tinha sido retirado.

Ainda em relação à barreira de terras, adiantou que o procedimento tinha sido lançado naquela semana, para se fazer a contenção da mesma.

Nos percursos pedestres avançou que estava a ser feita alguma manutenção dos principais quatro. O restante iria averiguar, logo que possível. -----

Jaime Fitas disse que o parecer favorável da junta tinha ido para a Câmara, assim que houve o acordo entre a Fábrica da Igreja, a junta e a Câmara Municipal. No entanto, até à data, o esboço ainda não tinha chegado. -----

Carla Mocito, em relação ao relatório municipal, perguntou à presidente da autarquia sobre o ponto de situação do acesso pedonal envolvente ao Museu de Tapeçarias. Perguntou onde e a quem é que a mesma fez a “Apresentação a investidores nacionais dos produtos tradicionais e regionais”, conforme referida no relatório;

Mais perguntou acerca da “Identificação e caracterização de imóveis de interesse turístico para inclusão na plataforma de oportunidades de investimento – Portal do Turismo de Portugal”, se já tinha sido apresentado e, se sim, qual o resultado final. ----

Diogo Júlio perguntou à presidente da Câmara, assim como ao presidente da mesa, se tinha havido algum desenvolvimento em relação aos salários em atraso na Fundação Robinson. -----

A presidente da Câmara, relativamente à última questão, disse não haver nenhuma alteração. O reconhecimento da dívida à Fundação Robinson estava agendada naquela ordem do dia e aguardavam pelo visto prévio do Tribunal de Contas.

Quanto às questões referentes à apresentação disse terem sido inquéritos realizados anteriormente e não conseguia ter ali os dados concretos para explicar. Poderia fazê-los chegar mais tarde. Vários imóveis com potencial interesse turístico foram pedidos pelo Turismo de Portugal. -----

O presidente da mesa entendeu que estavam ali a partir de uma premissa errada: os relatórios de atividades estavam a ganhar uma propensão de serem medidos a peso. Não deveria caber tudo nos mesmos, como por exemplo assuntos que não eram, diretamente, da Câmara Municipal. A discussão dos temas não deveria, de certa forma, ficar ali inquinada, de modo a não esbarrarem em questões insolúveis.

Portanto, era necessário descomplexar o procedimento para facilitar o fluir dos trabalhos e o entendimento de todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Diogo Serra disse que a questão principal não era saber como estava a situação do pagamento da dívida à Fundação Robinson, mas sim se a dívida aos trabalhadores da Robinson, por salários em atraso, já tinha sido resolvida ou não. -----

A presidente da Câmara disse não ter sido ainda resolvida porque, legalmente, era impossível a autarquia passar dinheiro para a Fundação Robinson. A única forma era se houvesse reconhecimento da dívida por parte do Tribunal de Contas. Salientou ser a primeira pessoa interessada em pagar os salários mas, infelizmente, tal não era possível. -----

João Meira disse que a presidente da Câmara fazia, sistematicamente, a tática do discurso redondo, onde nada era claro. De realçar que a mesma não tinha respondido acerca da origem dos trinta e seis mil euros que disse ter dado de apoio ao associativismo. O que a mesma fez foi uma reconversão da receita de que tinha abdicado, dizendo que tinha apoiado as associações do concelho. Relativamente às máscaras, a presidente também não respondeu e preferiu ir para a candidatura da CIMAA e para a compra de EPI's. -----

Miguel Monteiro reforçou a intervenção anterior acrescentando que no município de Portalegre era tudo muito complicado. Os relatórios também se tinham tornado tão complicados que o essencial não era lá colocado, mas somente o acessório. A resposta dada pela presidente da autarquia, acerca das máscaras, era lamentável e de baixo nível. Tratava-se de uma matéria sensível, que deveria ser tratada como tal. Pretendeu saber ainda se a presidente teria a coragem de lhes dizer qual tinha sido a poupança, do ponto de vista financeiro, derivada da parca atividade que o município teve, nos últimos meses, em função da pandemia. Onde é que tinha sido aplicada. Salientou o facto de que, noutros concelhos, ao se poupar em atividade, gastou-se em equipamentos de proteção individual, em computadores para as crianças. Perguntou à presidente da Câmara se estava em condições de ali lhes confirmar que não havia uma criança do concelho que lhe tivesse faltado equipamento informático. Em conclusão, disse que seria um sinal de clareza, a presidente da autarquia dizer a todos o que é que pretendia fazer com a poupança daquele dinheiro. -----

O vereador João Cardoso, em relação ao inquérito atrás referido, disse que foi feito um email a todos os estabelecimentos de restauração e de alojamento do concelho, pedindo para darem contributos, no sentido de, em conjunto, ser feita a retoma da atividade turística. Infelizmente, só obtiveram três respostas. -----

Diogo Serra referiu que, efetivamente, não sabia quais os contributos possíveis da parte dos estabelecimentos. No entanto, houve empresas que recorreram aos apoios que o Governo colocou ao dispor. Perguntou se a Câmara tinha sugerido à Fundação Robinson que se candidatasse a alguma daquelas medidas. Lembrou que o facto de estarem três trabalhadoras sem receber os envergonhava a todos. A situação era lamentável. -----

O presidente da mesa salientou que o facto de não se ser retribuído pelo seu trabalho era o pior que se podia fazer ao ser humano. O seu papel ali, na tentativa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

solucionar o problema, foi tentar acompanhar as questões e as alternativas, para que se pudesse suportar, financeiramente, o pagamento àquelas trabalhadoras. No entanto, a solução teria de lhe ser proposta, para a poder apreciar, uma vez que não era detentor do poder executivo. -----

2 – Ata n.º 23 relativa à sessão solene do 25 de abril de 2020 e ata n.º 24 relativa à reunião ordinária realizada em 30 de abril de 2020;

Hugo Capote, relativamente à ata vinte e quatro, referiu que havia uma declaração de voto apresentada pelo PCP/PEV, mas que estava como sendo apresentada pela CLIP.

O presidente da mesa, propôs que os pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze fossem discutidos em conjunto. -----

3 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

4 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

5 – Relatório final ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

6 - Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias do Reguengo e S. Julião de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

7 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Ribeira de Nisa e Carreiras de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

8 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

9 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

10 – Relatório do 3.º trimestre de 2019, relativo ao acordo de execução (em vigor até ao final de 2019), entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

11 – Relatório do 1.º semestre de 2019, relativo ao acordo de execução (em vigor até ao final de 2019), entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 –

Hugo Capote disse que aquela apresentação de relatórios finais o tentavam iludir, uma vez que a imagem que queriam tentar passar era de que estava tudo bem, entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal e de que as verbas estariam a ser pagas, para todas as intervenções necessárias, sem qualquer lacuna. Todos sabiam que não era, exatamente, verdade. Aqueles relatórios levantavam determinadas questões, nomeadamente, no ponto, oito, em que a união de freguesias da Sé e S. Lourenço, referia que tinham recolhido os monos, as ramagens, eletrodomésticos velhos, etc. de toda a área pública da freguesia. Perguntou à autarca se confirmava tal situação. -----

João Meira disse que o contrato interadministrativo em causa foi de uma competência específica transferida para as juntas de freguesia e que estava relacionada com a recolha de monos. No entanto, não podiam dizer que estava tudo bem e que as juntas não tinham mais exigências do que as que estavam ali versadas.

Por outro lado, o ponto dez e onze já estavam relacionados com o acordo de execução, com competências mais transversais do que o pacote negociado entre a Câmara e as juntas, no qual o PS entendeu haver críticas assinaláveis. Verificaram, de forma transversal que o envolvimento das juntas no que era a garantia do serviço público era claro, nomeadamente nos acordos de execução com a junta dos Fortios e da Urra, onde o poder local, próximo do cidadão, respondia com maior eficácia. Era a prova de que a descentralização administrativa funcionava, diferente de quando as competências transferidas eram acompanhadas do necessário envelope financeiro. Por vezes, o que estava previsto nas competências ia para além do que estava previsto, como aconteceu na freguesia de Urra, com um total empenho e abnegação do seu presidente, o qual teve a responsabilidade de ir para lá das mesmas, realizando intervenções que eram da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Hugo Capote voltou a questionar se a recolha dos monos, ramagens e rcd's era da competência da junta de freguesia, em toda a sua área. Tinham conhecimento de que havia vários serviços que continuavam a ser marcados através da Câmara Municipal.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse não ter ali as competências todas de cor e os protocolos também não eram todos iguais. No caso da cidade era uma situação particular.-----

Francisco Silva disse que os protocolos eram todos diferentes uns dos outros. Adiantou que não era dentro de toda a área da freguesia, mas sim em áreas específicas onde a união de freguesias podia recolher os monos. -----

Hugo Capote disse que havia ali uma clara indefinição de papéis e, provavelmente, era a explicação para o facto de em algumas áreas ninguém recolhesse os monos, etc. -----

12 - Constituição da Associação de Municípios de Fins Específicos – Associação de Municípios da Serra de S. Mamede;

- Deliberação da CMP de 20.05.2020 –

Luís Carvalho disse que na necessidade da criação daquela associação estava, por um lado, uma ausência de articulação mais extensa, ao nível da CIMAA e, por outro lado, era importante que houvesse ali um efeito de escala, porque o facto dos municípios se unirem podia criar um conjunto de iniciativas mais integradas e otimizar os recursos e os serviços de cada um dos municípios.

Em conclusão, os fins da associação tinham a ver com o desenvolvimento do território do Parque Natural de S. Mamede.-----

Hugo Capote, relativamente à intervenção anterior, disse que para algumas situações a proximidade era essencial mas, quando dava jeito, seguia o efeito de escala de quatro municípios. Em relação à discricionariedade positiva atrás mencionada foi dito que o governo central era essencial para os mecanismos de discriminação positiva.

Portanto, assim era difícil perceber-se qual a estratégia pretendida.

Salientou que não tinha sido a CDU nem o PCP que tiraram a gestão do Parque da cidade de Portalegre e o mandaram para Évora. Evidentemente que o Parque Natural da Serra de S. Mamede tinha perdido imenso com a retirada da capacidade de decisão de cá.

Mais referiu que, em lado nenhum dos estatutos daquela associação dizia que aqueles municípios iriam gerir, em co gestão, a intervenção pública no parque natural da serra de S. Mamede. Aquilo que lhes levantava algumas questões era o facto da área do parque ser apetecível para outro tipo de intervenções. Do ponto de vista da defesa do património ambiente, achava que o parque tinha, atualmente, exercido a sua função, porque tinha um nível de separação e de distância com o munícipe.

Acrescentou que, infelizmente, o parque não tinha capacidade técnica para responder às necessidades de intervenção, dentro da área correspondente.

A primeira leitura que fazia daquela associação era que a mesma vinha substituir a extinta associação de Portalegre / Castelo de Vide / Marvão, a qual fazia todo o sentido e que continuava com uma área geográfica que fazia todo o sentido turístico e que nunca foi devidamente aproveitado. Era preciso saber porque é que não tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

funcionado e porquê é que os três municípios, com muito em comum, não tinham funcionado corretamente.

Em conclusão, referiu que estavam ali a associar outro município e que, quando percebessem que aquela associação era criada para dar resposta à “municipalização” da gestão do parque natural da serra de S. Mamede com os erros e os perigos que dali podiam advir, então, dali a dez anos, iriam lamentar que o referido parque foi desfigurado e que houve demasiada proximidade entre os municípios e os munícipes, hipotecando, de futuro, uma das mais valias existentes.-----

O presidente da mesa disse que quando o município deliberava participar numa organização externa como aquela, entendia que tal facto deveria merecer um envolvimento mais profundo do que aquele ali apresentado. A seu ver, a democracia saía prejudicada quando a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, era confrontada com uma carta fechada. Manifestou alguma frustração, pelo facto de a Assembleia não poder ter sido ouvida, quanto àquela matéria. -----

13 – Autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regualificação da piscina municipal dos Assentos;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

A presidente disse tratar-se da discussão acerca da autorização prévia para a classificação da área de acolhimento empresarial. Acrescentou que o valor inerente à piscina municipal era de cerca de um milhão, duzentos e vinte e cinco mil euros. O projeto seria financiado através de um contrato. -----

Hugo Capote disse que aquele ponto e o próximo foram ali por imperativos legais, de grande decepção para a CDU, porque quando um milhão e duzentos e vinte e cinco mil euros perfaziam mais do que dez por cento do total de investimento do município, dizia muito da capacidade de investimento que o município não tinha.

Mais referiu que a CDU não tinha nada contra o princípio em si, por tratar-se de um imperativo legal que tinha de ser cumprido, mas não concordavam com o processo que levou até ali aqueles investimentos. Lembrou que no processo da Av.ª Francisco Fino a Assembleia Municipal já tinha deliberado várias autorizações prévias e contratos de empréstimos, o que considerou vergonhoso. Posto aquilo, disse que não iriam acompanhar o voto, mas iriam abster-se, devido a toda a complicação processual.-----

João Meira disse que a posição do PS, naqueles temas, tinha sido clara desde o primeiro minuto, uma vez que deram todas as condições políticas para a autarquia ter a obra feita já há dois anos. Na verdade, já tinham sido apresentados dois empréstimos, três revisões orçamentais e, sucessivamente, as condições tinham sido asseguradas pelo PS, mas a obra não existia. Estavam, pois, perante um caos na zona industrial, em que a presidente da câmara e o executivo eram responsáveis, assim como estavam perante um perigo de saúde pública na piscina municipal dos Assentos. O PS iria votar favoravelmente aqueles pontos, mas com uma ressalva que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha de ficar clara, pois a dívida seria agravada num milhão e meio de euros, com maior peso de responsabilidade para os portalegrenses, mas para haver condições para ir à banca e ver-se a obra executada até ao final do mandato. Saliou que a responsabilidade era exclusivamente da presidente da Câmara Municipal de Portalegre e não poderia apontar o dedo ao PS. Saliou ainda o posicionamento contra da CDU, um pouco divergente do que tinha sido na reunião do executivo, justificando-se com a questão técnica da ausência de orçamento. Concluiu dizendo que o PS era coerente na decisão e que não faziam oposição aos portalegrenses, mas sim à CLIP.-----

Ana Vilhais congratulou-se com o feedback positivo das outras bancadas e, finalmente, aqueles dois projetos seriam enquadrados, em termos orçamentais. Realçou a responsabilidade, em termos de dívida, a qual aumentaria cerca de um milhão de euros, sem esquecer que estavam a falar de uma Câmara que, desde dois mil e dezassete, tinha reduzido vinte e oito por cento da dívida que tinha na altura. Referiu que era preciso ter a noção de que a autarquia não estava assim tão apertada porque, tal como dizia o enquadramento da lei, estimava-se que a margem obtida, reduzida substancialmente com aquele milhão e meio de euros, seria reduzida para quatrocentos e oitenta mil euros. Acrescentou que no exercício do ano corrente era estimado também que, para além do que já tinha sido feito em dois mil e dezanove, seria reduzidos, aproximadamente, em cerca de três milhões de euros, os empréstimos que foram feitos de prestação de capital de amortizações, como por exemplo os planos de pagamento de Lisboa e Vale do Tejo, no valor de quase um milhão de euros e também planos de pagamento de aquisições imobiliárias, no valor de duzentos mil euros. Portanto, a autarquia iria contrair um milhão e meio de euros a mais mas, durante o presente ano, iria amortizar quase três milhões de euros, ficando o saldo reduzido com aquela amortização que estava a ser feita. Concluiu, dizendo que a bancada da CLIP apoiava todo o trabalho que a presidente da Câmara tinha feito, nos três anos de mandato. A dívida continuava a baixa e as obras a avançar e a andar para a frente.-----

Joaquim Barbas quis apenas referir que o PSD também estava satisfeito por as obras avançarem, finalmente. Já deviam ter iniciado há muito.-----

14 – Autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre – Avenida Francisco Fino 2.ª fase;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Não houve intervenções.-----

O presidente da mesa propôs que os pontos quinze e dezasseis fossem discutidos em conjunto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

15 – 1.ª Revisão orçamental de 2020, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

16 – 1.ª Revisão ao plano plurianual de investimento/2020, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

O vereador Nuno Lacão, relativamente à revisão orçamental, realçou a questão da integração do saldo orçamental, existente no final do ano anterior, estando as rubricas principais, em termos de alteração do orçamento da despesa, bem como a questão do fornecimento e abastecimento de água, alguma conservação de bens e outros trabalhos especializados e a rubrica correspondente ao saneamento, destacando ter havido um aumento da intensidade da água pluvial, o que originou uma despesa superior à do ano anterior. Referiu que nos equipamentos de proteção individual e coletiva, face à situação do Covid, houve necessidade de adaptação nos transportes e nos motoristas.

Quanto a primeira revisão ao plano plurianual de investimentos, destacou intervenções feitas na distribuição da água, nomeadamente nas Carreiras. Na área do saneamento, salientou a construção da estação elevatória, quer do Benzilhão, quer dos Apóstolos, resolvendo um problema ambiental que assolava os habitantes há algum tempo. Esperava que conseguissem terminar as obras no segundo semestre. A nível das viaturas, disse estarem prestes a ser entregues, para renovação da frota, umas que tinham correspondido ao exercício anterior, assim como uma viatura ligeira de apoio às ruturas e leituras.

Referiu estar também prevista a redução de dotação dos procedimentos lançados ao abrigo da aprovação do orçamento e que também permitiam o reforço daquelas rubricas. -----

Hugo Capote registou que na intervenção anterior não foi mencionado qualquer valor. Provavelmente o presidente dos SMAT teria algum peso na consciência, uma vez que ir ali apresentar um saldo de gerência de um milhão e meio de euros, depois de no ano passado ter apresentado um milhão, cobrando aquilo que se cobra à população e sem investir, teve, provavelmente, algum rebate de consciência.

Salientou que se somassem os investimentos e as obras que ali foram equacionadas, tinham um investimento de trezentos e quarenta mil euros nas freguesias da CLIP, e somente cento e trinta mil euros na Urra (Monte dos Apóstolos), já há vários anos ali apontada; cerca de duzentos e cinquenta mil nas Carreiras; oitenta e quatro mil e quinhentos em Alegrete, o que perfazia trezentos e quarenta mil euros. Portanto, nem todos os portalegrenses tinham o mesmo nível de investimento, aos olhos dos SMAT.

Disse ser inacreditável apresentarem contas com um saldo de um milhão e meio numa altura em que havia muitas pessoas com dificuldades em pagar a conta da água e num ano em que os serviços tinham aumentado a taxa de resíduos sólidos em quinze por cento para financiar a Câmara, o que considerou vergonhoso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira disse que o resultado líquido era de duzentos e quarenta e oito mil euros, acrescentando que saldo de gerência não era resultado disponível e, portanto, o que estava realmente disponível nos SMAT eram cerca de duzentos e quarenta e oito mil euros. No entanto, há um ano atrás, era um milhão e a grande crítica que, na altura, o PS fez ali foi a não aplicação daquele mesmo montante, naquele orçamento então apresentado. A verba até foi concretizada e os investimentos arrancaram. Aquela revisão foi dar substância ao que se tinha alterado no final do ano transato, para iniciar obra e investimentos, como no caso do Bairro dos Apóstolos e que, claramente, estavam concretizados. Mais disse que a crítica de que era cobrado um preço da água elevado para gerar receita, não sendo a mesma aplicada, caía por terra com a revisão orçamental ali apresentada. Quanto ao preço da água, havia ainda o pressuposto do princípio do consumidor/pagador, a ERSAR, a qual obrigava a repercutir os custos de exploração na fatura da água. Outra questão era também de saber se haveria, ou não, espaço para uma redução da fatura e, admitindo que sim, ficariam satisfeitos com a revisão ali levada, a qual concretizava obras essenciais e que correspondiam a necessidades da população do concelho.

O PS não poderia deixar de se identificar com a alteração da estratégia orçamental, implícita naquela revisão e com a aplicação dos resultados líquidos, no aumento da produtividade dos SMAT. -----

17 – Documentos de prestação de contas/2019, dos Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

O vereador Nuno Lação disse que aquele relatório de gestão ia de encontro ao que foi dito na anterior intervenção, relativamente ao resultado líquido positivo, e que se traduzia no resultado das operações dos SMAT, desmistificando o tal saldo de gerência. As situações eram distintas e realçou que todos os compromissos que os serviços tinham e depois de tudo apurado dava o valor real dos duzentos e quarenta e oito mil euros. Relativamente àquele exercício, em termos operacionais, considerou ainda a consolidação das contas em relação ao que foi a passagem das competências, no final do anterior mandato, pela Câmara e também pela Assembleia Municipal, do saneamento, onde a estrutura dos SMAT teve de ser adaptada.

Quanto ao número de ruturas, salientou que tinham diminuído na última década e tinha aumentado o volume de água faturado, fruto de alguns investimentos industriais que surgiram na cidade.

Na área dos transportes referiu ter havido uma diminuição do número de quilómetros percorridos, destacando que houve aumento do número de passageiros transportados. Mais disse haver um dado que, eventualmente, podiam aferir só no próximo ano, porque um dos indicadores era uma medida aplicada pelo governo e, em termos da autoridade de transporte, o que tinha sido preconizado pelo município de Portalegre e operacionalizado pelos SMAT poderia estar na origem do aumento da procura dos transportes públicos. Brevemente, iriam apresentar uma proposta para uma integração do parque de estacionamento de S. Francisco e as carreiras urbanas, para que quem viesse de fora poder deixar dentro do parque e usufruir do transporte público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por último, em relação à parte financeira, mais propriamente ao saldo, referiu que era cerca de um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros mas, posteriormente, no resultado de todos os compromissos serem com os SMAT, resumiam-se aos duzentos e quarenta e oito mil. -----

Hugo Capote disse ser verdade que o exercício líquido era de duzentos e quarenta mil euros, aos que acresciam trezentos e quarenta mil que transitavam do ano anterior, acumulando cerca de meio milhão de euros. Contudo, pelo que foi referido, no final de dois mil e dezanove, os SMAT tinham um milhão e meio de euros, porque houve obras que ainda não foram executadas e que continuavam agendadas para o ano. Portanto, a verba não foi gasta, embora estivesse adjudicada.

Não compreendia como é que o nível de investimento tinha aumentado e, no final do ano, os SMAT continuavam com mais verba disponível. A explicação possível seria porque ou as receitas tinham aumentado tanto que, apesar de aumentar o investimento, o bolo tinha aumentado; ou o nível de investimento não foi realizado.-----

O vereador Nuno Lacão lembrou que havia dois factos que tinham contribuído para as receitas apontadas: algumas intervenções realizadas no final do ano passado e outras que tinham transitado, assim como o aumento do volume de venda da água. Também tinham ajustado as tarifas, em relação àquilo que foram as recomendações da ERSAR.-----

Hugo Capote realçou que os aumentos dos resíduos sólidos urbanos em quinze por cento, os quais partiram da decisão dos SMAT e não da ERSAR. Quinze por cento que serviam para financiar a presidente da autarquia.

O que a CDU continuava a denunciar nas contas e na revisão orçamental era que, daquela forma, a capacidade de endividamento da Câmara ia continuar a estar assegurada porque aquela liquidez que os SMATT ofereciam ao perímetro orçamental da Câmara iriam justificar o empreendimento dali para a frente.

Os portalegrenses estavam a pagar a água muito mais cara do que aquilo que deveriam, assim como uma taxa de resíduos sólidos exorbitantes, para justificar a capacidade de endividamento da Câmara que, pior que tudo, nem sequer obra fazia.---

Luís Carvalho quis realçar alguns aspetos positivos, como a conclusão de um conjunto de intervenções que há muito eram esperadas, mas que iriam contribuir para reduzir as perdas existentes no sistema.

Quanto ao maior volume de venda de água, referiu que resultava do aumento das necessidades do tecido empresarial. Referiu que os investimentos estruturantes garantiam, desde logo, uma maior eficiência e qualidade do sistema, assim como uma maior produtividade de todo o setor.

Relativamente aos transportes, referiu que a iniciativa do governo (PART) deveria ser valorizada, para redução do tarifário e, de algum modo, estava-se a conseguir um incremento da procura pelo transporte coletivo em Portalegre. A renovação das frotas não era a que todos desejariam, mas era sabida a aposta nos veículos elétricos, com um custo mais elevado e a mais valia em reduzir a idade dos autocarros em curso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira disse que não podiam classificar aquele exercício orçamental e a sua gestão como brilhante. No entanto, havia ali uma comparação a fazer: os SMAT tinham, manifestamente, melhor gestão do que a Câmara. Havia importantes intervenções concretizadas e que tinham de ressaltar. Havia inclusive um ganho de eficiência e de escala, ao verificar-se uma diminuição do número de quilómetros percorridos e um aumento da rota. Outro fator que também tinha contado bastante tinha sido o programa do Governo, com a redução tarifária nos transportes, lembrando que o consumo de transportes coletivos em Portalegre tinha aumentado cerca de vinte e nove por cento, em Portalegre. Tal só foi possível através da transferência de verbas estatais para a Câmara de Portalegre. Assinalou ainda a contratação de três novos assistentes operacionais para os SMAT.

Destacou que, atualmente, cerca de quinze por cento do pessoal dos SMAT tinha mais de sessenta anos de idade (dez funcionários) e que era necessário alguma prudência e antecipação, ou corriam o sério risco de, na vigésima quinta hora, haver um problema sério de não se conseguir dar resposta às necessidades.

Era preciso ficar ali claro que a viabilização, da parte do PS, por aquela estratégia orçamental tinha de pressupor alguma capacidade de antecipação dos SMAT, a curto e médio prazo.

Quanto à alteração da estratégia orçamental, disse que o que tinha acontecido foi que existiam cofres cheios mas não havia obra; em dois mil e dezanove os cofres tinham ficado mais vazios mas a obra podia ser vista. -----

Hugo Capote chamou a atenção para o facto de não haver um único investimento previsto de separação de águas pluviais e de águas tratadas. Há muito se sabia que aquele era um dos grandes problemas que o município tinha, porque se pagava a água tratada que não era consumida. O que saltava aos olhos de todos era que os SMAT atingiram uma capacidade de investimento que, provavelmente, nos próximos anos não se iria repetir. Por outro lado, era importante realçar que o investimento feito na rede de transportes não era o desejado. Não compreendia o porquê de ainda não se ter investido no elétrico. Continuavam a comprar veículos usados e ninguém conseguia explicar porque é que não se avançava mais.

Concluiu, referindo que os SMAT se tinham tornado a “barriga de aluguer” da presidente da Câmara Municipal de Portalegre.-----

18 – Relatório e demonstrações financeiras de 2018 da Câmara Municipal de Portalegre – Certificação legal de contas;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

A presidente da Câmara disse que aquela certificação era o documento que faltava, referente a dois mil e dezoito. Não havia nenhuma reserva nem nada a apontar pelo revisor oficial de contas. -----

Hugo Capote disse que, pelo menos duas ou três vezes, o revisor de contas referiu que os SMAT não tinham as contas certificadas e que lhes conferia algum grau que limitava a fiabilidade dos acréscimos reconhecidos e dos custos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perguntou porque é que as contas não eram certificadas, de forma a quando se certificassem as contas da Câmara não houvesse um défice de fiabilidade na relação entre as duas instituições. -----

A presidente da câmara esclareceu que, na altura, não foi entendimento de que os SMAT tivessem necessidade de terem um revisor oficial de contas. No entanto, dado o volume que atualmente os SMAT tinham, também já deveriam ter um roc. -----

Hugo Capote disse que o roc da autarquia deveria fiscalizar também as contas dos SMAT. O roc tinha acesso às contas das duas entidades. Questionou a presidente se o mesmo roc podia, ou não, fiscalizar as duas instituições. -----

A presidente da Câmara disse que o revisor tinha sido contratado apenas para as contas da Câmara e teria de se realizar um único procedimento.-----

João Meira referiu que os SMAT tinham um carácter de empresa municipal e eram parte integrante da estrutura administrativa do município. Como não eram parte independente da Câmara e, salvo melhor interpretação jurídica, entendia que a auditoria poderia ser feita igualmente aos SMAT, como sendo parte da autarquia. -----

A presidente da Câmara disse que podiam renegociar com o roc. Contudo, o mesmo iria pedir mais dinheiro para efetuar um processo à parte, apesar de poder ver as contas consolidadas. -----

O presidente da mesa disse ser verdade que o revisor de contas certificava oficialmente a conta consolidada do município, ou melhor, tudo o que compreendia a esfera patrimonial e financeira do município. Contudo, lembrou que aquela Assembleia Municipal já tinham levantado ali suspeições sobre incompatibilidades de exercício de certificação legal de contas pelo mesmo roc, relativamente a duas entidades que consolidavam na conta geral do município. Portanto, confrontando a Assembleia Municipal, com a sua própria opinião, alertou para que não voltassem a abrir aquele ponto, incorrendo numa incoerência.-----

Hugo Capote também fez questão de lembrar que a incompatibilidade com a Fundação Robinson decorreu a partir dos novos estatutos, os quais diziam que teriam de ter as contas certificadas por um roc, que não o do município.

Contudo, tal não se verificava com os SMAT.

O que estava ali em causa era que o roc, através das contas consolidadas, tinha acesso não só às contas da Câmara, mas também às dos SMAT.

Posto aquilo e não havendo incompatibilidade em ter-se o mesmo roc para os SMAT e a autarquia, perguntou à presidente como seria dali em diante. -----

O presidente da mesa lembrou que a incompatibilidade tinha sido suscitada antes dos novos estatutos. Os novos estatutos conformaram a opção pela incompatibilidade de acordo com a solicitação daquela Assembleia Municipal. Portanto, não encontrava divergência entre o que era a questão da Robinson e a dos SMAT. Parecia-lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

cauteloso se vier a haver consolidação de contas dos SMAT, que a mesma pudesse ser feita por entidade distinta.-----

19 – Relatório e demonstrações financeiras de 2019 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

A presidente da Câmara fez uma explanação resumida acerca do relatório e demonstrações financeiras da autarquia, do ano transato.

No final, salientou a taxa de variação da dívida, uma vez que, em dois mil e dezoito tinham uma dívida de vinte e dois milhões, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e, atualmente a dívida total era de dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três. Havia, portanto, uma variação entre o biénio dois mil e dezassete/dois mil e dezanove de menos sete milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e três. Referiu que, no último triénio, a dívida tinha decrescido cerca de vinte e oito por cento e a margem disponível era de quatro milhões, oitocentos e doze mil euros, mas a lei só permitia utilizar cerca de vinte por cento sob a margem absoluta (dois milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito). -----

João Meira disse que aquela prestação de contas era relativa a um orçamento com o qual o PS não se identificou. Portanto, o relatório demonstrava a execução daquele mesmo orçamento. Disse haver ali questões que tinham de ser explicadas. Uma delas, as infraestruturas para a construção da escola da Guarda Nacional Republicana. Perguntou à presidente onde estavam os oitenta e dois mil euros, aprovados em sede de revisão orçamental, em dois mil e dezanove, para aquelas infraestruturas base. Outra questão prendia-se com a capacidade de endividamento com que o município ficaria, após a conclusão do exercício de dois mil e dezanove. -----

A presidente da Câmara disse que a capacidade de endividamento era de dois milhões e cinquenta e dois mil euros. Era margem para dois mil e dezanove.

Relativamente à primeira questão, disse que tinha a ver com a expansão da zona industrial. O procedimento tinha caído em dois mil e vinte e não estava ali espelhado.--

Hugo Capote perguntou se as contas da Fundação Robinson estavam espelhadas naquelas contas. -----

A presidente da Câmara disse que a dívida que lhes foi reconhecida fazia parte das contas da Câmara e estava ali demonstrada.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da autarquia se tinha havido apresentação do relatório de contas da Fundação Robinson em dois mil e dezanove. Caso tivesse havido, perguntou também se aquela demonstração das contas de dois mil e dezanove teve alguma influência na demonstração das contas da Câmara Municipal de Portalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O entendimento da CDU era que a Fundação Robinson não tinha feito relatório de contas de dois mil e dezanove. Como tal, aquela demonstração de contas que a Câmara fazia era aquela que era possível, sem ter conhecimento total das implicações que as contas da Fundação tinham no perímetro orçamental da Câmara. -----

A presidente da Câmara, relativamente ao que era o reconhecimento da dívida, disse estarem vertidas nas contas do município. Quanto às contas da Fundação Robinson, não tinham sido, de facto, apresentadas. Tendo em conta que aquela fundação não tinha tido, ultimamente, atividade o que se extrapolava era que as contas em causa fossem o que eram anteriormente. Portanto, mesmo que houvesse alguma diferença nos juros, não teria um impacto significativo nas contas do município.

Acrescentou que a única referência que o roc fez tinha a ver com lotes da zona industrial, os quais entendeu que já deveriam estar registados no âmbito do município. Contudo, não se registaram porque tinham ónus na reversão e não de podiam registar. Quanto à questão do Covid19, o roc também referiu que era impossível saber-se qual o impacto atual, quer na perda de receita, quer na receita total. -----

Hugo Capote disse ter achado curiosas as afirmações do roc, uma vez que estando a trabalhar nas contas de dois mil e dezanove, como é que as mesmas tiveram impacto do Covid19. Entendia não ser admissível a Assembleia Municipal aprovar contas que se baseavam numa extrapolação duma relação de contas entre a Fundação Robinson e a Câmara de Portalegre. Estranhamente, o revisor não se referenciou em parte nenhuma à Fundação Robinson e o único entendimento que se podia ter foi de que o mesmo nem sequer teve acesso a qualquer relatório ou demonstração de contas daquela fundação. Em resumo, a Assembleia não tinha contas certas para aprovarem.

A presidente da Câmara referiu que lhes foi entregue o último balancete da Fundação Robinson e, para o roc, foi o suficiente.

Relativamente à situação do Covid, disse que quando existiam situações excecionais, que pudessem afetar o orçamento, os revisores eram obrigados a fazer aquela ênfase.

Hugo Capote disse perguntou se em dois mil e dezanove os roc já tinham conseguido fazer previsões de verba para o ano seguinte, para uma coisa que ainda não tinha acontecido.-----

A presidente da Câmara esclareceu que se tratavam de questões técnicas e que os roc eram obrigados, em situações excecionais, a proceder daquele modo.-----

O presidente da mesa encerrou o ponto e propôs que os pontos vinte e vinte e um fossem discutidos em simultâneo. -----

20 – 2.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido);

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

21 – 2.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (corrigidas):

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

A presidente da Câmara disse que aquela revisão tinha ver, em grande parte, com a plurianualidade e não ia haver nenhum empréstimo, tirando os que já tinham sido referidos anteriormente (Av.ª Francisco Fino e Piscina).

No entanto, iriam alguns para abertura de rubricas, porque não estavam previstos no orçamento de dois mil e dezoito. Deu exemplos de vários.

Mais disse que havia a participação do IVA e o plano de pormenor de conservação, que era de onde se retirava.-----

João Meira disse que o PS tinha praticamente todas as condições para votar contra aquela revisão orçamental, porque aquilo que era o projeto infra estruturante e necessário à fixação de população e consolidação da economia não estava lá – e escola prática da GNR.

Era a quarta revisão orçamental que ali ia e a escola continuava a não existir.

A presidente optava por levar candidaturas e projetos que, embora o PS se identificasse com os mesmos, já eram necessários há muitos anos.

Contudo, ficavam preocupados com o desinteresse da autarca relativamente ao projeto na escola prática da GNR. Havia uma ressalva a destacar, que era o ceticismo quanto à capacidade da presidente e do seu executivo, executarem aquela revisão orçamental até ao final do mandato, com recurso às receitas próprias para o financiamento da contrapartida nacional (quatro milhões). A presidente tinha-lhes dito que o índice de endividamento da Câmara era de cerca de dois milhões de euros.

A posição que o PS quis deixar ali bem clara foi de que não iriam inviabilizar nada, na secretaria, até ao final do mandato, porque queria ver os projetos concretizados, mas também não estariam disponíveis para a contração de mais empréstimos, nem para o aumento do endividamento do município.-----

Hugo Capote perguntou presidente da Câmara quanto é que o município de Portalegre tinha poupado com o Covid19. Quanto é que tinha deixado de pagar em refeições escolares, transportes, etc. -----

Fernando Rebola disse que já estavam no mês de junho e, lamentavelmente, não havia ainda perspetiva de virem a ter um orçamento para o ano em curso. Sem orçamento não havia compromisso, nem estavam definidas metas. Estava, portanto, comprometida a transparência a que a gestão democrática da “coisa pública” obrigava. Portanto, aquela era, claramente, uma navegação errática dos dinheiros públicos, em função do momento, sem se saber onde se queria chegar.

Mais disse que o PSD não era conivente com aquela forma de gestão e naquilo se iria basear a forma como votariam os pontos em apreciação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, relativamente à questão do Covid19, disse que ainda não tinham dados concretos. Faltavam resolver questões como o protocolo com outras entidades, através da CIMA, por causa dos testes que estavam a ser feitos.

Portanto, não conseguia ter, para já, dados apurados naquele capítulo.

Salientou que o município também teve perdas de receitas consideráveis.-----

Hugo Capote disse que já estavam habituados a alguma esquizofrenia da parte da presidente da autarquia, porque a mesma não controlava o exercício orçamental, não sabia o que é que se passava e tão depressa dizia uma coisa, como dizia outra, na reunião seguinte.

Outro tipo de esquizofrenia que ali se via era a do PS. O PS tinha tentado ali mostrar que eram oposição, ao terem apelido, por várias vezes, o orçamento de ter a paternidade da CDU. Efetivamente, a CDU aprovou-o em dois mil e dezoito mas, ao fim de tantas alterações e revisões orçamentais, era preciso “lata política” para atribuir a paternidade ao PSD e à CDU.

A questão era que, desde que saíram do acordo tripartido, que a CDU não votava aquelas questões porque não concordava com o facto de não terem um orçamento. Mais disse não ser normal, em qualquer lado que fosse, que, desde dia um de abril, o executivo camarário tivesse apresentado sete alterações orçamentais e duas revisões orçamentais. Aquilo só acontecia no município de Portalegre, com a gestão da atual presidente, porque o PS lhe deu a mão e o ombro amigo. Se o PS criticava a gestão caótica da presidente da câmara, deveria deixar de lhe dar a mão.

Se, naquela revisão havia dois investimentos que todos reconheciam que o PS tinha feito suas bandeiras, eram a Av.^a Francisco Fino e a Piscina Municipal. Lembrou o facto de o PS ser contra a incubadora de empresas não tecnológicas, os centros culturais e o núcleo histórico. No entanto, estavam presentes naquela revisão orçamental. No final de contas, se o PS estava disponível para aprovar aquela revisão orçamental, significaria que estava disponível para aprovar um orçamento. Por outro lado, o PS não estava disposto a pagar o preço político de, publicamente, dizer que ia aprovar o orçamento conjuntamente com a CLIP.

Em conclusão, referiu que, a continuar assim, iriam também continuar com as alterações e revisões orçamentais até final do mandato. A CDU assinou um “casamento” público com a CLIP e o PSD, ouviram críticas e avisos de que a CLIP não era confiável. Salientou que o boicote que fizeram ao vereador da CDU resultou no rompimento do acordo tripartido.-----

João Meira realçou que, a existir alguma esquizofrenia, estava no facto de quem tinha permitido que se tivesse viabilizado uma solução governativa, após as eleições de dois mil e dezassete. O PS não esteve naquela viabilização, nem se identificou com a trajetória traçada.

Por outro lado, recordou que o PS esteve presente em projetos determinantes de obras para os portalegrenses. O PS era oposição à CLIP e à sua presidente e, ao longo do mandato atual, já o provaram por várias vezes.

Quanto às obras da Av.^a Francisco Fino e da Piscina dos Assentos, salientou que estavam a viabilizar obras que não podiam esperar mais.

Chamou a atenção ao membro Hugo Capote, dizendo-lhe que aquela revisão orçamental também suportava uma das bandeiras que a CDU apontou muitas vezes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que era a Escola Cristóvão Falcão, onde já havia candidatura aprovada (três milhões de euros), mas em que se corria o risco de, uma vez mais, se perder a capacidade de executar a candidatura e a obra. Portanto, não contariam com o PS para não dar capacidade de se avançar com obras infra estruturantes que mexiam no quotidiano dos portalegrenses, mas sim para fazer uma oposição à desorganização orçamental, com a qual não se identificavam.

Concluiu, referindo que o que estava em causa naquela revisão orçamental eram candidaturas, com prazo, e projetos importantes para Portalegre. A oposição que o PS tinha era para com a CLIP. -----

Ricardo Romão disse que era tão legítimo que a CDU votasse contra qualquer daqueles pontos, como era legítimo ao PS votar a favor. Portanto, era óbvio que cada um tomaria a sua posição e as suas responsabilidades.

A responsabilidade da CLIP era fazer a gestão da autarquia, da melhor forma possível, conforme a oposição o permitisse.

Referiu que os mesmos que criticavam a não apresentação do orçamento, eram os mesmos que estavam desejosos que fosse apresentado um orçamento para depois o chumbarem. Salientou que fazerem política com o orçamento não era brincar com as rubricas que se queriam aprovar e que eram estruturantes para o concelho.

A CLIP congratular-se-ia, obviamente, com os que poderiam contribuir para tal melhoria. -----

Hugo Capote disse que o problema de Portalegre era a CLIP. Na sua opinião, deveriam ser unidos para dizer à cidade que o ciclo político da presidente Adelaide Teixeira tinha acabado. Perguntou qual era a marca que a presidente da Câmara tinha deixado, em dez anos de mandato.

Salientou que o dia a dia da autarquia, desde há vários meses, era viabilizado porque havia uma mão amiga do PS a ajudar a CLIP. -----

João Meira esclareceu o membro Ricardo Romão que o PS estava ali a permitir era que, quem governava, pudesse ter as condições, de acordo com o que lhes era apresentado. Restava saber se teriam competência para o fazer. -----

Raúl Cordeiro quis deixar claro que o PS não apoiava a CLIP. O PS apoiava o que considerava ser estruturante para a população de Portalegre. Porventura, nalguns casos, coincidia com o que era proposto pela CLIP.

Salientou que não havia ali nenhum tipo de exercício esquizofrénico. O PS tinha uma estratégia, que iriam seguir e que já vinha detrás. O seu grupo precisava somente de explicar aos portalegrenses o porquê de não terem apoiado a reestruturação da Av.^a Francisco Fino, a remodelação da piscina dos Assentos ou da Escola Cristóvão Falcão. Assim como na questão da incubadora, porque existia a preocupação do prédio poder cair em cima de alguém e terem de se apurar responsabilidades.

Referiu que se aqueles projetos tivessem sido todos apresentados, em sede de orçamento, já estariam num nível completamente diferente. A seu ver, tinham de exercer o poder de, democraticamente, com o voto de cada um, discriminar o que era estruturante e o que não era.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Naquele momento, o PS considerava que uma das opções era não inviabilizar projetos que fossem estruturantes para a cidade. No entanto, duvidavam da capacidade técnica e política que a Câmara Municipal tinha, para concretizar todos os projetos. Realçou que o PS era autónomo nas decisões que tomavam e acrescentou que, infelizmente, não eram capazes de fazer com que todas as mensagens daquele tipo passassem para o público.

Por último disse que o PS e a CDU é que acabavam por estar a decidir e a discutir estratégias, fossem em acordo ou desacordo e, do outro lado, estavam todos sossegados a ver o debate. A oposição deveria saber tirar dividendos políticos daquelas situações e não entrarem em conflito uns com os outros.-----

Hugo Capote disse que o que a CDU criticava na estratégia do PS era o facto de terem conduzido ao que ali se estava a passar. Revisão orçamental atrás de revisão orçamental, assim como as sucessivas alterações, que foram sete desde abril último. Lembrou que quem as tinha aprovado não tinha sido a CDU. A presidente da Câmara contou com o apoio do PS para a aprovação das mesmas, caso contrário teria de ter mudado a estratégia.

Uma vez mais, perguntou qual era o problema em o PS aprovar o orçamento com a CLIP.

Recordou aos presentes que, no princípio do mandato, a CDU teve a mesma disponibilidade para trabalhar como a que o PS estava a ter atualmente; contudo, ao fim de um ano a CDU foi enganada. Aquilo que estavam atualmente a fazer era o mesmo exercício de lealdade democrática e enquanto o PS der a mão à CLIP, eles continuarão a desgovernar Portalegre.

Lembrou que aquela revisão orçamental tinha quarenta e quatro rubricas e quem aprovava uma revisão daquelas também aprovava um orçamento.-----

O presidente da mesa recordou que o último orçamento, aprovado naquele município, tinha tido a composição dos votos que teve mas, realçou ainda a aprovação do orçamento anterior às eleições autárquicas, o qual se baseou, não num “casamento”, mas numa “profissão de fé”.

Na sua opinião, a capacidade que o ser humano tinha para divergir era uma virtude e não um defeito e os assuntos sérios que ali estavam a debater eram um exercício democrático e contribuíam para o desenvolvimento do concelho.

Lamentava o facto da Assembleia Municipal não ter competências alargadas e de não poder reunir mais vezes, para discutir certos assuntos mais pausadamente.-----

22 – Repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

A presidente da Câmara Municipal disse que aquele ponto tratava das seguintes prestações de serviços: aquisição de serviço de transporte escolar; serviço móvel de voz e dados; fornecimento de refeições ao ensino básico e pré escolar; fornecimento contínuo de combustível; fornecimento de gás natural às instalações do município; conservação e manutenção preventiva e curativa de elevadores. Referiu que a matéria era obrigatória ir à Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa propôs um intervalo de dez minutos para reflexão dos grupos antes de passarem às deliberações. -----

Voto de pesar – dr. Fernando dos Santos Caetano - CDU

“Faleceu no passado dia 27 de Maio no Porto, Fernando dos Santos Caetano médico obstetra, fundador do Hospital Distrital Doutor José Maria Grande em 1975 e dedicou toda a sua vida profissional ao Serviço Nacional de Saúde a quem emprestou os conhecimentos científicos e o rigor da sua prática médica, com elevados padrões de qualidade, colocando-os ao serviço de toda a população.

Autarca exemplar, respeitado e reconhecido por todos os quadrantes políticos, foi um tribuno exímio nesta Assembleia para onde foi sucessivamente eleito nas listas da FEPU, APU e CDU proposto pelo Partido Comunista Português, partido a que viria a aderir e onde militou até ao fim da sua vida.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão plenária a 26 de Junho de 2020 reconhece o papel desempenhado pelo médico, pelo autarca e pelo cidadão Fernando Caetano ao serviço dos interesses da cidade do concelho e do distrito e na defesa dos valores da Liberdade e na construção duma sociedade mais justa e manifesta à família, aos amigos e ao Partido Comunista Português os seus mais sentidos votos de pesar.”

Voto de pesar – José Chambel Tomé - PS

Faleceu na passada terça-feira, dia 23 de junho de 2020, aos 71 anos de idade, José Chambel Tomé, militante da concelhia de Portalegre do Partido Socialista desde 1974, sindicalista, humanista e socialista convicto de coração.

Iniciou a sua vida profissional na antiga Rodoviária Nacional, de onde se reformou como quadro dirigente, altura a partir da qual passou a dedicar grande parte da sua vida ao movimento sindical em Portalegre e no Alto Alentejo.

Destacou-se como membro da Assembleia Municipal de Portalegre, eleito pelo PS, em diversos mandatos, órgão onde a luta pelos direitos dos trabalhadores sempre ocupou especial relevância.

Entre 1997 e 2001 integrou o Gabinete de Apoio do ex-presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Dr. Amílcar Santos.

Deixa aos portalegrenses dois grandes legados. A Rádio Portalegre, da qual foi fundador a 9 de novembro de 1989 e onde assumiu vários cargos enquanto dirigente, sendo por muitos considerados o seu "Pai". E a UGT Portalegre, da qual foi fundador e o seu primeiro presidente desde 17 de abril de 2010 até 2018, depois de ter sido reeleito para um segundo mandato na liderança da organização sindical em 2014. Tomou parte na luta contra a unicidade sindical participando ativamente no Movimento Carta Aberta que deu origem ao Movimento Sindical Democrático e à fundação da UGT.

Para muitos portalegrenses Chambel Tomé foi sempre visto como um homem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

causas, uma referência na luta pelos direitos dos trabalhadores e um socialista de alma e coração.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em sessão plenária a 26 de junho de 2020, reconhece o papel desempenhado por Chambel Tomé, na defesa dos trabalhadores e na luta pela causa democrática contra o Fascismo e manifesta à família, aos amigos e ao Partido Socialista os seus mais sentidos votos de pesar.”

O presidente da Assembleia Municipal disse não poder deixar de subscrever os dois votos de pesar anteriores, pois foram pessoas que conhecia bem. Solicitou um minuto de silêncio a todos os presentes na sala. -----

DELIBERAÇÕES:

Saiu da sala o membro Henrique Santinho. -----

Proposta pela isenção/redução do pagamento da fatura da água, saneamento e resíduos (Jaime Fitas - PS)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CLIP, as abstenções dos presidentes das juntas de freguesia de Ribeira de Nisa, Carreiras, Alegrete e do secretário da União de freguesias de Reguengo e São Julião, aprovar a proposta -----

Moção – Orçamento (CDU)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CLIP, aprovar a moção.-----

Moção – Salva-guardar o papel do Parque Natural da Serra de S. Mamede e defender os recursos naturais e paisagísticos do Alto Alentejo – CDU

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PCP/PEV e os votos contra das restantes bancadas, rejeitar a moção. -----

Moção – O preço da água tem de baixar – (CDU)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, os votos contra da CLIP e os votos favoráveis do PSD e PCP/PEV, rejeitar a moção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Moção – Subsídio de risco – (CDU)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

Moção – Apoio à tauromaquia como setor importante para o desenvolvimento do Alto Alentejo – (CLIP)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Sílvia Relvas, Rosário Narciso, Miguel Monteiro, com a abstenção de Hugo Capote, e Amândio Valente e com os votos a favor dos restantes membros, aprovar a moção. -----,

Declaração de voto – PCP/PEV – (Diogo Júlio)

“Pessoalmente, estou de acordo e sou entusiasta; de qualquer maneira e discordando de alguma formulação que está na proposta, não deixaria de votar a favor.”

Moção – Discricionariedade positiva para o Alto Alentejo – (CLIP)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

2 – Ata n.º 23 relativa à sessão solene do 25 de abril de 2020 e ata n.º 24 relativa à reunião ordinária realizada em 30 de abril de 2020;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções de Luís Ricardo, Luís Belinho, Francisco Carriço, Manuela Pedroso e Hugo Capote e votada favoravelmente pelos restantes, aprovar a ata n.º 23 de 25 de abril. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções de Luís Ricardo e Luís Belinho e votada favoravelmente pelos restantes, aprovar a ata n.º 24 de 30 de abril. -----

3 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

4 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Relatório final ao Contrato Interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

6 - Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias do Reguengo e S. Julião de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

7 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Ribeira de Nisa e Carreiras de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

8 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

9 – Relatório final ao contrato interadministrativo entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra de 2019;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

10 – Relatório do 3.º trimestre de 2019, relativo ao acordo de execução (em vigor até ao final de 2019), entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

11 – Relatório do 1.º semestre de 2019, relativo ao acordo de execução (em vigor até ao final de 2019), entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Urra;

- Deliberação da CMP de 13.05.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

12 - Constituição da Associação de Municípios de Fins Específicos – Associação de Municípios da Serra de S. Mamede;

- Deliberação da CMP de 20.05.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra do PCP/PEV e os votos a favor das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

Declaração de voto – PCP/PEV – (Hugo Capote)

“A CDU vota contra este ponto, não por ter nada contra a Associação em si e contra aquela forma partilhada de gestão com outros municípios, mas sim por não estarem bem definidos na constituição os fins específicos a que se define e por, partindo do pressuposto que esta associação irá gerir o Parque Natural da Serra de S. Mamede, não nos podemos associar à constituição da mesma.”

13 – Autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regualificação da Piscina Municipal dos Assentos;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções do PCP/PEV e com os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

14 – Autorização prévia da Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre – Avenida Francisco Fino 2.ª fase;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções do PCP/PEV e com os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

15 – 1.ª Revisão orçamental de 2020, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e com os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

16 – 1.ª Revisão ao plano plurianual de investimento/2020, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e com os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

17 – Documentos de prestação de contas/2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e com os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

18 – Relatório e demonstrações financeiras de 2018 da Câmara Municipal de Portalegre – Certificação legal de contas;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

O presidente da mesa chamou a atenção e disse que aquelas contas já tinham sido objeto de apreciação, embora não tivesse sido presente a certificação legal. Portanto, aquele ponto não era para votação.-----

19 – Relatório e demonstrações financeiras de 2019 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e do PS, a abstenção do PSD, rejeitar o ponto.-----

20 – 2.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e do PSD, a abstenção do PS e o voto favorável da CLIP, aprovar o ponto. -----

21 – 2.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (corrigidas);

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e do PSD, a abstenção do PS e o voto favorável da CLIP, aprovar o ponto. -----

22 – Repartição de encargos em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 17.06.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

O presidente da Assembleia Municipal fez questão de transmitir a todos uma preocupação que lhe tinha sido transmitida por inúmeros portalegrenses, relativamente a uma instituição que devia ter o acompanhamento de todos os autarcas do concelho: a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, bem como dos seus colaboradores, funcionários, etc., porque muita gente lhe tinha demonstrado preocupação sobre a situação daquela instituição, a qual fazia falta à cidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 5.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 02H55, do dia 27 de junho do ano de dois mil e vinte e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)